



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS  
MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – PROFAP UFCG**

**ALESSANDRO VIEIRA CARNEIRO**

**AGENDA AMBIENTAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (A3P):  
ESTUDO APLICADO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE –  
UFCG - CCJS**

**SOUSA-PB**

**2018**



**ALESSANDRO VIEIRA CARNEIRO**

**AGENDA AMBIENTAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (A3P):  
ESTUDO APLICADO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE -  
UFCEG**

Trabalho de Conclusão Final apresentada à Universidade Federal de Campina Grande sob a forma de relatório técnico, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Administração Pública, Mestrado Nacional em Administração Pública em Rede Nacional - PROFIAP, para obtenção do título de Mestre.

**Aprovado em:** 28 de março de 2018.

Banca:

**Dra. Edjane Esmerina Dias**  
Orientadora - UFCEG/CCJS/PROFIAP

**Dra. Maria de Fátima Barbosa**  
(Membro Interno Titular do PROFIAP/UFCEG/CCJS) x

**Dra. Ana Paula Basso**  
(Membro Interno suplente)

**Dr. Paulo Henriques da Fonseca**  
(Membro Externo Titular)

Dedico este trabalho à minha família, especialmente ao meu pai, homem mais brilhante que tive oportunidade de conhecer, obrigado pelos ensinamentos, um dia os passarei a diante, obrigado por tudo.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela vida, saúde e disposição necessárias para alcançar mais esta conquista.

À minha orientadora, Professora Edjane Dias, pelo encaminhamento do trabalho, auxílio e compreensão durante a caminhada.

Ao professor Ribamar pela coordenação e empenho dedicados para ofertar este curso que muito representa para a formação *Strictu Sensu* no interior. Sem esta oportunidade certamente não teria perspectiva de concluir um mestrado num futuro próximo.

Aos colegas, pelo companheirismo e auxílio nos mais diversos aspectos. Companhias mais brilhantes, jamais tive na vida. O convívio com grandes homens e mulheres de inteligência inestimável me fez crescer muito.

À UFCG, em especial à Diretora do Campus CCJS, Professora Jônica, por ter autorizado a realização da pesquisa no Campus Sousa, e também pelas valorosas dicas, e aos colegas de trabalho que se dispuseram a contribuir como participantes da pesquisa.

Aos meus pais, pelos valores transmitidos e pelo incentivo que deram para o estudo.

A toda a minha família e amigos, pela força durante esta jornada.

“É dentro do coração do homem que o espetáculo da natureza existe; para vê-lo, é preciso senti-lo”.

(Jean-Jacques Rousseau)

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - ISO 14001:2004 – Sistema de Gestão Ambiental. ....	24
Figura 2 - Logotipo A3P.....	30
Figura 3 - Eixos da Agenda Ambiental na Administração Pública - A3P. ....	34
Figura 4 - Agenda Ambiental na Administração Pública A3P.....	34

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Consumo de energia: CCJS/UFCG 2015.....	43
Gráfico 2 - Consumo de energia: CCJS/UFCG.....	44
Gráfico 3 - Consumo de energia: CCJS/UFCG 2017.....	45
Gráfico 4 - Consumo de água: CCJS/UFCG 2015.....	46
Gráfico 5 - Consumo de água: CCJS/UFCG 2016.....	46
Gráfico 6 - Consumo de água: CCJS/UFCG 2017.....	47
Gráfico 7 - Consumo de Copos descartáveis: CCJS/UFCG 2015.....	48
Gráfico 8 - Consumo de Copos descartáveis: CCJS/UFCG 2016.....	49
Gráfico 9 - Consumo de Copos descartáveis: CCJS/UFCG 2016.....	50
Gráfico 10 - Consumo de resmas de papel: CCJS/UFCG 2015.....	51
Gráfico 11 - Consumo de resmas de papel: CCJS/UFCG 2016.....	52
Gráfico 12 - Consumo de resmas de papel: CCJS/UFCG 2017.....	53
Gráfico 13 – Quanto ao Gênero.....	54
Gráfico 14 – Quanto à Idade. ....	54
Gráfico 15 - Conhecimento sobre a Agenda Ambiental na Administração Pública. ....	55
Gráfico 16 - Quanto à escolaridade. ....	55
Gráfico 17 - Qual a importância da A3P. ....	56
Gráfico 18 - Grau de importância dividido por eixo. ....	56
Gráfico 19 - Atitudes ambientalmente responsáveis. ....	57

## RESUMO

A Agenda ambiental na Administração Pública A3P, programa divulgado pelo Ministério do Meio ambiente é utilizado para geração de uma cultura sustentável dentro das Instituições públicas, o presente trabalho apresenta esse tema bastante debatido na atualidade, o desenvolvimento responsável e consumo responsável, dentro da temática da Agenda Ambiental na Administração Pública. Tendo como finalidade a conscientização dos servidores e o uso racional dos recursos naturais, como água, energia e consumo racional de papel, copos descartáveis. O Centro de Ciências Jurídicas e Sociais da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG desenvolveu e implementou a A3P no campus no mês de março de 2016 com essas premissas e então surgiu a seguinte pergunta: Qual o impacto na gestão do CCJS com a implementação da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P)? Dessa forma, o presente trabalho tem como objetivo central analisar a percepção dos servidores sobre a A3P e impacto real da implementação e execução da A3P no Campus do CCJS. Dessa forma foi verificado e analisado o consumo de água, energia, resmas de papel e copos descartáveis, durante o ano de 2015, 2016 (ano da aplicação do programa) e 2017 para levantar os impactos reais causados no campus. No questionário aplicado aos servidores foi avaliado o perfil e percepções do servidor sobre a Agenda Ambiental Administração Pública, A3P. Além de aplicação de um questionário Check List com a gestora do Campus. Os resultados colhidos foram positivos para a instituição, e algumas recomendações foram abordadas. Foi elaborado também plano de ação para sugestão junto a Gestão do Campus para solução de problemas em relação à sustentabilidade.

**Palavras-Chave:** Administração Pública, UFCG, CCJS, A3P, Desenvolvimento, Sustentabilidade.

## ABSTRACT

The Environmental Agenda in Public Administration A3P, a program released by the Ministry of the Environment is used to generate a sustainable culture within public institutions, the present paper presents this much debated topic today, responsible development and responsible consumption, within the theme of Environmental Agenda in Public Administration. With the purpose of raising employees' awareness and the rational use of natural resources, such as water, energy and rational consumption of paper, disposable cups. The Center for Legal and Social Sciences of the Federal University of Campina Grande - UFCG developed and implemented the A3P on campus in March 2016 with these premises and then the following question arose: What is the impact on the management of CCJS with the implementation of Agenda In Public Administration (A3P)? Thus, the present work has as main objective to analyze the perception of the servers about the A3P and the real impact of the implementation and execution of the A3P in the CCJS Campus. In this way, the consumption of water, energy, paper reams and disposable cups was verified and analyzed during the year 2015, 2016 (year of program implementation) and 2017 to raise the real impacts caused on campus. In the questionnaire applied to the servers was evaluated the profile and perceptions of the server on the Environmental Public Administration Agenda, A3P. In addition to applying a Check List questionnaire with the Campus manager. The results obtained were positive for the institution, and some recommendations were addressed. An action plan was also drawn up to suggest Campus Management to solve problems related to sustainability.

**Keywords:** Public Administration, UFCG, CCJS, A3P, Development, Sustainability.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	12
	OBJETIVOS .....	16
<b>2</b>	<b>JUSTIFICATIVA</b> .....	17
<b>3</b>	<b>REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	18
3.1	DESENVOLVIMENTO SÓCIO AMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL .....	18
3.2	GESTÃO AMBIENTAL .....	22
3.3	MODELOS DE GESTÃO AMBIENTAL .....	23
3.3.1	Sistema de Gestão Ambiental - SGA .....	23
3.3.2	Produção Mais Limpa .....	26
3.3.3	Ecoeficiência .....	27
3.3.4	Responsabilidade Socioambiental .....	28
3.3.5	Educação Ambiental .....	29
3.4	AGENDA AMBIENTAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (A3P) .....	30
3.5	ESTUDOS CORRELATOS .....	35
<b>4</b>	<b>METODOLOGIA</b> .....	40
<b>5</b>	<b>RESULTADOS</b> .....	42
5.1	DIAGNÓSTICO ORGANIZACIONAL .....	42
5.2	ANÁLISE DAS DIMENSÕES DO EIXO 1 DA A3P .....	42
5.2.1	Consumo de Energia .....	43
5.2.2	Consumo de Água .....	45
5.2.3	Consumo de Copos descartáveis .....	48
5.2.4	Consumo de Resmas de Papel: .....	51
5.3	ANÁLISE DA PERCEPÇÃO DOS SERVIDORES .....	53
5.4	ANÁLISE DA ENTREVISTA COM A GESTORA DO CCJS .....	57
5.5	PLANO DE AÇÃO .....	60
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	61
<b>7</b>	<b>ORÇAMENTO</b> .....	65

<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>66</b>
<b>ANEXO B - PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP.....</b>	<b>73</b>
<b>ANEXO C - QUESTIONÁRIO .....</b>	<b>76</b>
<b>ANEXO D – CHECK LIST APLICADO COM A GESTORA .....</b>	<b>78</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A necessidade de crescimento para a sociedade atual e a responsabilidade de como e quanto se gasta para ter esse crescimento é um pensamento relativamente jovem para a modernidade. Nem sempre se pensou assim, ou houve essa preocupação. Na antiguidade até meados da Revolução Industrial, não havia preocupação nos meios ou no resultado do crescimento econômico. Foi apenas durante o século XX que se começou a pensar em um termo novo chamado de Desenvolvimento Sustentável ou Sustentabilidade, com os eventos que ocorreram durante esse período.

Percebe-se, pois, que a primeira vez que se falou em desenvolvimento sustentável e que de fato se consolidou foi na Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, que aconteceu no Rio de Janeiro em 1992, em que foi votada e aprovada de modo unânime a Agenda 21.

Depois da Rio-92 o debate sobre preservação do meio ambiente e o desenvolvimento de políticas de sustentabilidade se inserem na pauta de governos, da sociedade civil e do setor privado, impondo-se nas deliberações de organismos, desde conselhos municipais a organizações internacionais. Grande variedade de setores da sociedade civil tem hoje envolvimento com a criação de agendas ambientais.

Conforme o Ministério do Meio Ambiente (MMA) esta agenda se trata de um documento consensual que projeta programas de ação para construir sociedades sustentáveis, em diferentes bases geográficas, conciliando métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica (BRASIL, 1992).

O conceito de desenvolvimento sustentável é inovador, pois traz a ampliação das responsabilidades para além da rentabilidade financeira como meta, dimensionando outras diretrizes, incluindo aspectos sociais: desenvolver melhores condições de trabalho, contemplando a diversidade cultural de atuação, e também propiciar oportunidades aos deficientes, como também aspectos ambientais: adotar a produção mais limpa, oferecer condições para o desenvolvimento de uma cultura ambiental, adotar uma posição de responsabilidade ambiental, e eficiência nos processos produtivos e participar das atividades governamentais.

Cumprindo, neste sentido, ressaltar que dentro da preocupação de sustentabilidade, o Governo Brasileiro, através do Ministério do Meio Ambiente – MMA, em 1999, desenvolveu a Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) que é um programa de gestão que visa

promover a responsabilidade socioambiental e inserir critérios de sustentabilidade nas atividades da administração pública. A inserção desses critérios envolve mudanças comportamentais e transformações nas ações públicas relacionadas às prioridades de investimentos, compras e contratação de serviços pelo governo, construções sustentáveis, gerenciamento de resíduos sólidos e uso racional dos recursos naturais e bens públicos.

Diga-se ainda, que a sustentabilidade também tem que contribuir para a melhoria na qualidade de vida e segurança no ambiente do trabalho. A A3P pode ser considerada como o marco indutor de adoção da gestão socioambiental no âmbito da Administração Pública brasileira (BRASIL, 2009).

É sabido que a A3P é um programa de caráter voluntário, sem natureza impositiva e regulatória. O que se busca é uma ação exemplar do gestor público a partir da compreensão do que é a responsabilidade socioambiental. Ainda segundo o MMA a adesão da Instituição Pública à A3P não é obrigatória, mas sim recomendada para que seja respeitado todos os princípios de responsabilidade ambiental e social.

Assim sendo, de acordo com MMA, a proposta da A3P é criar uma cultura de responsabilidade socioambiental na administração pública e, para tanto, estrutura-se em seis Eixos Temáticos prioritários fundamentados pela política dos 5R's: Repensar, Reduzir, Reaproveitar, Reciclar e Recusar o consumo de produtos que gerem impactos socioambientais significativos (BRASIL, 2009).

Nestes termos, reza o art. 225 da Constituição Federal do Brasil que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Dessa forma, é obrigação de toda Instituição Pública pôr em prática princípios básicos do desenvolvimento sustentável, como é o caso da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG no campus Centro de Ciências Jurídicas Sociais e Aplicadas.

O CCJS, é um dos Campus da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, e possui, hoje, quatro cursos de graduação, Direito, Administração, Ciências Contábeis e Serviço Social.

O papel que uma Universidade Federal de ensino superior, científica e humana assume no processo de desenvolvimento da sociedade e na preparação de estudantes e fornecimento de informações e conhecimentos, formando profissionais gabaritados para atuar no meio de trabalhando, contribuindo também para sociedade, deve também ser direcionado para a construção de uma sociedade sustentável. Para isso, é necessário que a Instituição comece a

incorporar os costumes e práticas de responsabilidade sustentável a fim de iniciar um processo de conscientização em diversos níveis, envolvendo docentes, discentes, técnico-administrativos e gestores.

Ainda, segundo o IBGE, a cidade apresenta 66.4% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 88.5% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 3.2% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio). Quando comparado com os outros municípios do estado, fica na posição 14 de 223, 136 de 223 e 115 de 223, respectivamente.

O reservatório da cidade, que está localizado no distrito de São Gonçalo conta atualmente, segundo a Agência Executiva de Gestão das Águas do Estado da Paraíba – AESA, com apenas 12% do total de sua capacidade.

A Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), embora de cunho voluntário, a sua adesão é bastante recomendada a todas esferas pertencentes à Administração Pública brasileira, inclusive às Instituições de Ensino Superior IES, que devem transformar-se em Instituições de Ensino Superior Sustentáveis, para assim, serem também vistas como exemplo para demais instituições e para a sociedade.

Os índices pluviométricos são baixos, o nível do reservatório da região cai constantemente, gerando uma necessidade de se haver um maior controle no consumo dos recursos naturais da região. As figuras 2 e 3 no apêndice deste trabalho ilustram bem a situação hídrica que enfrenta a região.

Não obstante a difícil situação hídrica da região, também se apresenta a situação energética do país, em que ano após ano, os índices de reservatórios de hidrelétricas do país apresentam baixa, e com isso gera-se um custo cada vez maior na geração de energia elétrica, aparecendo também uma maior necessidade de se utilizar de forma racional esse recurso.

Além dos recursos de energia e água, também se apresenta como importante o tema de uso racional de Papel e copos descartáveis, para uma maior adequação à sustentabilidade e menor geração de lixo.

Historicamente o CCJS preocupou-se com a situação do consumo de energia elétrica e de água, mas sem fazer algum tipo de campanha no sentido de fazer reduzir esses índices e qualquer outro, e esses índices precisam estar dentro de padrões aceitáveis.

Por conta disso, a Direção do CCJS propôs a formação de um comitê gestor, formado por servidores e professores, para, através dele traçar planos para incentivar demais membros da comunidade acadêmica e disseminar as bases da A3P.

Com efeito, em março de 2016 o CCJS, através de seu Comitê Gestor, deu início pondo em prática os princípios da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), de modo que a justificativa desse estudo se baseia na necessidade de se verificar o impacto e a viabilidade da A3P no campus do CCJS.

Foi realizado evento de lançamento em março de 2016, contando com a presença das autoridades da Instituição e apresentado as premissas e valores da A3P, como sendo também da instituição, colocando o eixo 1 da A3P como primordial para um equilíbrio ambiental e sustentável para Instituição. O evento contou com a presença dos diretores e do Reitor da Universidade Federal de Campina Grande.

O evento também contou com forte participação e adesão de toda comunidade acadêmica, contando com a presença tanto de professores, como servidores e alunos da Universidade Federal de Campina Grande.

O evento lançou também um logotipo que foi apresentado como símbolo da A3P na UFCG, também gerando boa repercussão entre seus participantes.

Do lançamento da A3P algumas atitudes foram colocadas em prática para a conscientização das pessoas que fazem o Campus, em relação a consumo sustentável dos recursos naturais, como água, e demais recursos como energia, papel e copos descartáveis. Esperava-se que fosse bem aceito pela comunidade acadêmica.

Algumas campanhas foram no sentido de redução no consumo de copos descartáveis, com a adoção de copos de plástico reutilizáveis, com o logotipo “adote um copo”, a Comissão da A3P, planejava criar hábitos sustentáveis entre os servidores e com isso, reduzir o consumo de copos descartáveis.

Além das campanhas de conscientização no consumo de energia elétrica, para o seu uso sustentável, foi colocado acima dos interruptores de todas as salas dos prédios do campus um aviso para que ao sair se desligue as luzes e o ar condicionado da sala.

Então existe a necessidade, depois de implantação da A3P no campus, o que houve depois, comparando-se com a realidade anterior, sobre os índices de consumo e sobre o comportamento dos servidores a respeito do consumo sustentável.

Faz-se necessário apresentar a seguinte problematização: **Qual a percepção dos servidores técnico-administrativos a cerca dos impactos da adesão e viabilidade da A3P pelo CCJS?**

## OBJETIVOS

Apresentando-se para isso um objetivo geral que seria: Analisar a percepção dos servidores técnico-administrativos acerca dos impactos da adesão e viabilidade da A3P pelo CCJS. Como também objetivos específicos, que estão elencados abaixo:

- Identificar o que de fato foi posto em prática pelo comitê gestor da A3P no campus do CCJS;
- Avaliar impactos positivos ou negativos da adesão da A3P;
- Verificar quais impactos ocorreram no decorrer do ano de 2015, 2016 e 2017, mês a mês no consumo de água, energia, e consumo de resma de papel e copo descartável;
- Comparar resultados obtidos com estudos realizados em outras Instituições e propor possibilidades de melhorar as práticas na instituição.

## 2 JUSTIFICATIVA

Considerando a conquista do meio social na qual se insere a questão do Desenvolvimento Sustentável ou Sustentabilidade, bem como a melhoria na qualidade de vida e segurança no ambiente do trabalho é que surgiu a necessidade de desenvolver essa pesquisa, cujo tema trata da Agenda Ambiental na Administração Pública. Assim sendo, justifica-se a relevância do estudo e suas contribuições para toda a comunidade acadêmica.

Ressalte-se que este trabalho é de suma importância para o autor, pois trará não só crescimento pessoal, bem como profissional. Assim sendo, dentro desse contexto, torna-se imprescindível aprofundar a pesquisa abordada.

Logo, é importante apontar também os benefícios que este estudo trará para a instituição pesquisada, pois muitas informações serão transmitidas com o intuito de promover o conhecimento e servir de base de dados para futuras decisões da Gestão.

A Agenda Ambiental na Administração Pública é um dos instrumentos de Gestão Ambiental ligados à sustentabilidade que servem para criar dentro das pessoas que fazem Instituição, a cultura da sustentabilidade.

Depois da implantação da A3P no Campus, com objetivo de criar a cultura de sustentabilidade com vistas a controle de consumo e consumo sustentável, fazia-se necessário, depois um estudo que viesse mensurar qual foi esse impacto.

Havendo viabilidade de aplicação da A3P nas instituições públicas no contexto do que foi o CCJS-UFCG, fica o exemplo para demais instituições seguirem e sendo o caso melhorarem os pontos apontados nesse estudo.

Logo, esse estudo também serve de exemplo e fonte de conhecimento para outras instituições públicas, sejam elas municipais, estaduais ou federais em que seus gestores estejam interessados na adoção de elementos de sustentabilidades ou de “cultura sustentável”, especialmente ligados aos eixos da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P).

Importante para avaliar além dos impactos junto aos servidores, como também no impacto da variação dos itens de consumo estudados no decorrer dos anos, comparando um e outro ano de modo que isso seja um referencial para tomada de decisões futuras.

### 3 REFERENCIAL TEÓRICO

#### 3.1 DESENVOLVIMENTO SÓCIO AMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

No que tange à compreensão do termo Desenvolvimento Sócio Ambiental e Desenvolvimento Sustentável, insta considerar que sua função seria satisfazer as necessidades da geração atual. Ainda assim, é possível defender a ideia de que a expressão sustentável pode ser vista além das gerações atuais, como sendo, por exemplo, uma preocupação com o ambiente herdado por gerações futuras.

De tal argumento, deixa-se antever que o Desenvolvimento Sustentável é um conceito bastante utilizado atualmente, difundido como sendo algo de grande importância para a humanidade. Segundo Dias (2017, p. 35):

Embora seja um conceito amplamente utilizado, não existe uma única visão do que seja o desenvolvimento sustentável. Para alguns, alcançar o desenvolvimento sustentável é obter o crescimento econômico contínuo através de um manejo mais racional dos recursos naturais e da utilização de tecnologias mais eficientes e menos poluentes.

Ampliando esse entendimento, Souza (2006) apresenta três dimensões do desenvolvimento sustentável:

Sustentabilidade Ambiental o que significa conservar e gerir recursos, especialmente aqueles que não são renováveis ou que são preciosos em termos de suporte de vida. Requer ações para minimizar a poluição do ar, terra e água, e a conservação da diversidade biológica e da herança natural. Sustentabilidade Social, o que significa respeitar os direitos humanos e oportunidades iguais para todos. Requer uma distribuição equitativa dos benefícios, como o foco na erradicação da pobreza. Tem a sua ênfase nas comunidades locais, mantendo e reforçando os seus sistemas de suportes de vida, reconhecendo e respeitando as diferentes culturas e evitando qualquer forma de exploração. Sustentabilidade Econômica, o que significa gerar prosperidade nos diferentes níveis da sociedade, reconhecendo o custo efetivo de toda a atividade econômica. Trata-se da viabilidade das empresas e atividades e a sua habilidade de se manterem a longo prazo (SOUZA, 2006, p. 29-30)..

Nesse ínterim, reforçando essa ideia Reis *et. al.* (2012, p. 7) relata que “a implantação de uma estratégia de desenvolvimento, baseada na sustentabilidade, deve considerar um paradigma que englobe dimensões políticas, econômicas, sociais, tecnológicas e ambientais”.

Assim, entende-se que desenvolvimento sustentável não pode ser pensado apenas como si mesmo, mas sim dividido com base múltipla, com preocupação em desenvolvimento social, econômico e ambiental. Assim, nasceu uma teoria chamada de Tripé da Sustentabilidade.

É de se observar que essa ideal se baseia em três bases de sustentabilidade, a base econômica que seria a preocupação que a instituição teria em sua parte financeira, sendo rentável e gerando riqueza e renda para a sociedade, a base social que parte da premissa que a instituição deve proporcionar melhores condições de trabalho para seus funcionários gerando um meio bem-estar de modo geral em toda sociedade. E, por fim, a base ambiental que prega que a Instituição deve pautar-se pela eco eficiência de seus processos produtivos como também a de não poluição do meio ambiente, utilização racional das energias, e preocupação com meio ambiente (DIAS, 2011).

Interessante também verificar que no mundo esse tema tem um enfoque, de certo modo diferente do Brasil. No Brasil o enfoque apresentado verifica-se mais nos aspectos de consumo mas na Europa, por exemplo foca outra temática, como mudanças climáticas e economia, segundo o autor português BORREGO (2010) “As alterações climáticas estão no topo. Não só porque até 2012 se terá de reforçar a implementação das medidas preconizadas no Programa Nacional das Alterações Climáticas para assegurar o cumprimento dos compromissos de Quioto, e preparar o futuro pós-Quioto, num ambiente de crescente restrição da oferta de combustíveis derivados do petróleo e de enorme incerteza”.

É de se esperar que a temática seja outra em Portugal e na Europa com relação ao Brasil, visto que são realidades socioeconômicas diferentes.

Deve-se, também e de forma não menos importante, considerar o tema desenvolvimento sustentável para além das gerações atuais, como sendo, por exemplo, uma preocupação com o ambiente herdado por gerações futuras.

Conforme Barbieri (2007), o desenvolvimento sustentável resultaria, portanto, de um pacto duplo, um pacto internacional, que se traduz na preocupação constante com o gerenciamento e a preservação dos recursos para as gerações futuras, e um pacto intrageracional que se expressa nas preocupações quanto ao atendimento às necessidades básicas de todos os humanos.

Dessa forma, de acordo com essa preocupação, para Barsano *et. al.* (2014) vê-se que:

A conscientização ambiental vem ocorrendo de forma lenta e gradual, como forma de alcançar as necessidades de melhorias na qualidade de vida nos seus mais diversos campos de atuação, e trazendo consigo um nível de cobrança cada vez

maior para as empresas gerirem o seu passivo ambiental, para que este não traga prejuízos ambientais e utilize os recursos naturais com maior racionalização e responsabilidade.

Ainda sobre o tema, na década de 1980 foi publicado pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CMMAD) da ONU um estudo chamado “Nosso futuro comum”, mais conhecido como Relatório Brundtland. Esse estudo, que defendia o desenvolvimento para todos, buscava um equilíbrio entre as posições divergentes, na relação crescimento-desenvolvimento. Tentando conciliar desenvolvimento e preservação do meio ambiente, surgiu pela primeira vez a concepção de desenvolvimento sustentável como sendo “o desenvolvimento que atende às necessidades das gerações presentes sem comprometer a capacidade de gerações futuras de suprir suas próprias necessidades” (CMMAD, 1991, p. 9).

Para a Comissão Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD, 1988, 1991) os objetivos que surgem do conceito de desenvolvimento sustentável estão diretamente relacionados com o crescimento da cidade e tende a objetivar a conservação do uso racional e sustentável dos recursos naturais incorporados às atividades produtivas. Entre esses objetivos estão:

- crescimento renovável;
- mudança de qualidade do crescimento;
- satisfação das necessidades essenciais por emprego, água, energia, alimento e saneamento básico; - garantia de um nível sustentável da população;
- conservação e proteção da base de recursos; - reorientação da tecnologia e do gerenciamento de risco; -
- reorientação das relações econômicas internacionais (CMMAD, 1988, 1991).

Além da Agenda 21, um grande documento que foi lançado na “Rio 92”, com participação de organizações não governamentais e representantes da sociedade civil foi “A Carta da Terra”. Essa “carta” revela importantes ressalvas sobre o meio ambiente e foi retificada pela UNESCO e aprovada pela ONU em 2002:

Estamos diante de um momento crítico na história da Terra, numa época em que a humanidade deve escolher seu futuro. À medida que o mundo torna-se cada vez mais interdependente e frágil, o futuro enfrenta, ao mesmo tempo, grandes perigos e grandes promessas. Para seguir adiante, devemos reconhecer que, no meio de uma magnífica diversidade de culturas e formas de vida, somos uma família humana e uma comunidade terrestre com um destino comum. Devemos somar forças para gerar uma sociedade sustentável global baseada no respeito pela natureza, nos

direitos humanos universais, na justiça econômica e numa cultura da paz. Para chegar a este propósito, é imperativo que nós, os povos da Terra, declaremos nossa responsabilidade uns para com os outros, com a grande comunidade da vida, e com as futuras gerações (A Carta da Terra, 2002).

Depois da apresentação da Rio 92, e ainda preocupando-se com o os desdobramentos do desenvolvimento sustentável no mundo inteiro a ONU lança a Rio+20, embora marque os 20 anos da Rio-92, desloca o foco das discussões de meio ambiente e desenvolvimento sustentável para economia, governança e sustentabilidade, cujas ideias centrais encontram-se esboçadas no documento intitulado “O Futuro que Queremos”, da Organização das Nações Unidas, construído com base em dois eixos centrais: (a) uma economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza e (b) o quadro institucional para o desenvolvimento sustentável (ONU, 2012). Segundo o relatório O Futuro que queremos (2012):

Afirmamos que as políticas de economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza devem:

- a) Estar em acordo com o direito internacional;
- b) Respeitar a soberania nacional de cada país sobre seus recursos naturais tendo em conta as suas especificidades nacionais, objetivos, responsabilidades, prioridades e espaço político em relação às três dimensões do desenvolvimento sustentável;
- c) Apoiar-se em um ambiente favorável e no bom funcionamento dos estabelecimentos de todos os níveis, com um papel de liderança para os governos e com a participação de todas as partes interessadas, incluindo a sociedade civil;
- d) Promover um crescimento econômico sustentável e inclusivo, favorecer a inovação, as oportunidades, benefícios e capacitação para todos e garantir o respeito de todos os direitos humanos;
- e) Levantar em conta as necessidades dos países em desenvolvimento, particularmente aquelas em situações especiais;
- f) Reforçar a cooperação internacional, incluindo a provisão de recursos financeiros, capacitação e transferência de tecnologia para países em desenvolvimento;
- g) Evitar a imposição de condições injustificadas para a assistência pública ao desenvolvimento e ao financiamento;
- h) Não constituir um meio de discriminação arbitrária ou injustificável, ou uma restrição disfarçada ao comércio internacional, evitando ações unilaterais para lidar com desafios ambientais fora da jurisdição do país importador, e assegurar que as medidas de luta contra os problemas ambientais transfronteiriços ou globais, tanto quanto possível, baseiem-se em um consenso internacional;
- i) Contribuir para preencher as lacunas de tecnologia entre países desenvolvidos e em desenvolvimento e reduzir a dependência tecnológica dos países em desenvolvimento, utilizando todas as medidas adequadas;
- j) Melhorar o bem-estar dos povos indígenas e suas comunidades, de outras comunidades locais e tradicionais, e das minorias étnicas, reconhecendo e apoiando a sua identidade, cultura e seus interesses; e evitar pôr em perigo a sua herança cultural, suas práticas e conhecimentos tradicionais, preservando e respeitando as abordagens não comerciais que contribuem para a erradicação da pobreza;
- k) Melhorar o bem-estar das mulheres, crianças, jovens, pessoas com deficiência, pequenos agricultores e agricultores de subsistência, pescadores e aqueles que trabalham em pequenas e médias empresas, e melhorar as condições de vida e

capacitação dos grupos pobres e vulneráveis, em particular nos países em desenvolvimento;

l) Mobilizar todo o potencial que oferecem homens e mulheres, e assegurar sua contribuição de forma igualitária;

m) Promover, nos países em desenvolvimento, atividades produtivas que contribuam para a erradicação da pobreza;

n) Atender às preocupações com as desigualdades e promover a inclusão social, incluindo os pisos de proteção social;

o) Promover os modos de consumo e de produção sustentáveis; e

p) Dar continuidade aos esforços realizados para estabelecer abordagens para um desenvolvimento equitativo e inclusivo, que permita combater a pobreza e a desigualdade (COMITÊ FACILITADOR DA SOCIEDADE CIVIL CATARINENSE, 2012, p. 11-12).

Dessa forma, o mundo inteiro preocupava-se cada vez mais com desenvolvimento sustentável e uso racional dos recursos naturais e isso servia de base também para a formulação de políticas públicas no tema de sustentabilidade no Brasil.

### 3.2 GESTÃO AMBIENTAL

A Gestão Ambiental é um tema muito utilizado atualmente para colocar em prática os princípios do desenvolvimento sustentável nas organizações, ou seja, colocar a gestão da organização voltada para a preocupação com o meio ambiente.

Para Barsano *et. al.* (2014, p. 91):

A gestão ambiental é a ciência que estuda e administra o exercício de atividades econômicas e sociais de forma a utilizar de maneira racional os recursos naturais, renováveis ou não, visando preservar um meio ambiente saudável a todas as gerações. Essa ciência deve almejar o uso de práticas que garantam a conservação e a preservação da biodiversidade, a reciclagem das matérias-primas e a redução do impacto ambiental das atividades humanas sobre os recursos naturais.

É possível dizer que a implementação da Gestão Ambiental nas organizações traz vários benefícios e vantagens. Com base no estudo de Jabbour (2013) geralmente, essas vantagens estão associadas a dois tipos de benefícios: benefícios internos e benefícios externos. Os benefícios internos estão relacionados a melhorias observadas nas diversas dimensões do desempenho organizacional, tais como o desempenho operacional, o desempenho em inovação e desempenho de mercado. Já os benefícios externos podem ser entendidos como contribuições que se estendem à sociedade de forma mais ampla.

### 3.3 MODELOS DE GESTÃO AMBIENTAL

Existem diversos modelos a ser implementados sobre Gestão ambiental e um dos modelos mais importantes e utilizados de Gestão Ambiental atualmente é o modelo da Norma ISO 14001, que prevê a implementação de dezoito elementos para uma gestão eficaz, baseado em uma série de boas práticas e ferramentas ambientais, avaliação de impactos ambientais, preparação e resposta a emergências, ferramentas da qualidade, exemplo importante é o Ciclo PDCA (plan, do, check e act, ou em português planejar, fazer, checar e agir corretivamente. (EPELBAUM 2006)

Esse modelo deve ser implementado através de um SGA e a estabilização de uma política ambiental que pode ser reativa (baseada em métodos corretivos) e uma política ambiental proativa (baseada em métodos preventivos) (DIAS 2011)

#### 3.3.1 Sistema de Gestão Ambiental - SGA

O Sistema de Gestão Ambiental é o conjunto de responsabilidades organizacionais, procedimentos, processos e meios que se adotam para a implantação de uma política ambiental em determinada empresa ou unidade produtiva, Um Sistema de Gestão Ambiental – SGA, é a sistematização da gestão ambiental por uma organização determinada. É o método empregado para levar uma organização a atingir e manter-se em funcionamento de acordo com as normas estabelecidas, bem como para alcançar os objetivos em sua política ambiental. (DIAS 2011)

O ponto de partida de elaboração de um Sistema de gestão ambiental, é a formulação de uma política ambiental. Conforme a NBR 14001, o SGA é parte de um sistema de gestão de uma organização utilizada para desenvolver e implementar sua política ambiental e gerenciar seus aspectos ambientais. É uma espécie de elementos inter-relacionados utilizados para estabelecer a política ambiental e os objetivos e para atingir esses objetivos. (BARBIERI 2007)

Depois da implementação da política ambiental, passa-se aos planejamentos dos esforços utilizados, então à implementação e depois a verificação e análise pela administração e por último, a melhoria contínua (feedback), como demonstra a próxima figura:

Figura 1 - ISO 14001:2004 – Sistema de Gestão Ambiental.



Fonte: ABNT NBR 14001:2004 sistema de gestão ambiental – requisitos com orientações para uso, Rio de Janeiro 2004.

A implementação do Sistema de Gestão Ambiental segue também um passo a passo, estabelecido pela ABNT como mostra a figura o quadro a baixo:

Quadro 1 - Requisitos do SGA conforme a norma NBR ISO 14001:2004.

- 4.1 Requisitos Gerais
- 4.2 Política ambiental
- 4.3 Planejamento
  - 4.3.1 Aspectos ambientais
  - 4.3.2 Requisitos legais
  - 4.3.3 Objetivos, metas e programas
- 4.4 Implementação e operação
  - 4.4.1 Recursos, funções, responsabilidades e autoridades
  - 4.4.2 Competências, treinamento e conscientização
  - 4.4.3 Comunicação

#### 4.4.4 Documentação

#### 4.4.5 Controle de documentos

#### 4.4.6 Controle operacional

#### 4.4.7 Preparação e resposta às emergências

### 4.5 Verificação

#### 4.5.1 Monitoramento e medição

#### 4.5.2 Avaliação do atendimento a requisitos legais

#### 4.5.3 Não-conformidade, ação corretiva e ação preventiva

#### 4.5.4 Controle de registros

#### 4.5.5 Auditoria interna

### 4.6 Análise pela administração

Fonte: NBR ISO 14001:2004 Seção 4.

Para Barbieri (2007 p. 170) a política ambiental;

É uma declaração da organização expondo suas intenções e princípios gerais em relação ao seu desempenho ambiental global, que provê uma estrutura para ação e definição de seus objetivos e metas ambientais. A alta administração deve definir a política ambiental da organização e assegurar que, dentro do escopo definido pela sua SGA, ela:

- a) seja apropriada a natureza, à escala e aos impactos ambientais de suas atividades produtos e serviços
- b) inclua um comprometimento com melhoria continua e com prevenção a poluição
- c) contenha comprometimento com o atendimento aos requisitos legais aplicáveis e outros subscritos que se relacionem com seus aspectos ambientais
- d) forneça uma estrutura para o estabelecimento e a análise dos objetivos e metas ambientais
- e) esteja disponível para o público.

Para Dias (2011 p. 107):

Quanto ao planejamento, a organização deve:

- a) estabelecer e manter procedimento para identificar os aspectos ambientais de suas atividades, produtos ou serviços que tenham impactos significativos no meio ambiente
- b) identificar e ter acesso a legislação e a outros requisitos, aplicáveis aos aspectos ambientais
- c) estabelecer e manter objetivos e metas ambientais
- d) manter um programa de gestão ambiental para atingir seus objetivos e metas

### 3.3.2 Produção Mais Limpa

Historicamente acreditou-se que o crescimento econômico da humanidade e sua forma de produção cada vez maior não seria de grande problema para o ambiente ou para a sociedade. Que a forma de produção, e a geração de resíduos seriam sempre absorvidos pelo meio ambiente de modo que a terra seria um infinito de possibilidades no sentido de se absorver os resíduos gerados e se refazer para gerar mais matérias-primas e mais recursos. Esse pensamento estava equivocado.

Por esse modo de pensar muitos rios e mares foram poluídos e alguns até de modo irreversível, gerando um prejuízo irreparável para a humanidade. O modo de produção e geração de resíduos precisava ser repensado.

Nesse contexto surge a Produção Mais Limpa ou *P + L*, que para Gasi e Ferreira (2006, p. 46) seria:

A produção mais limpa é uma aplicação contínua de uma estratégia ambiental preventiva integrada aos processos, produtos e serviços para aumentar a ecoeficiência e evitar ou reduzir os danos ao homem e ao meio ambiente.

A Produção Mais Limpa aplicar-se-ia, ainda segundo os autores, a:

- Processos produtivos: conservação de matérias-primas e energia, eliminação de matérias tóxicas e redução da qualidade e toxicidade dos resíduos e emissões;
- Produtos: redução dos impactos negativos ao longo do ciclo de vida do produto, desde a extração das matérias-primas até sua disposição final;
- Serviços: incorporação de preocupações ambientais no planejamento e na entrega dos serviços.

Para alcançar esses objetivos o programa de Produção Mais Limpa, concentra-se em duas vertentes: difusão da informação e capacitação (SEIFFERT 2007). Um dos mais importantes instrumentos de apoio a esses objetivos são os Centros Nacionais para a Produção Mais Limpa, que existem nos mais diversos países em desenvolvimento e que atuam em conjunto com a Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável. (DIAS 2011)

A aplicação da Produção Mais Limpa poderia gerar muitos benefícios para organização, comunidade e meio ambiente do tipo:

- Visão integrada, proativa, dinâmica, que economiza recursos;
- Motivação e envolvimento de todo o corpo funcional em busca de um objetivo comum;
- Melhoria do desempenho ambiental;
- Melhoria no ambiente de trabalho;
- Melhora da imagem da Organização e das relações com o cliente com a comunidade e com os trabalhadores em geral;
- Redução ou eliminação de poluentes atmosféricos, líquidos, sólidos, de energia e de seus respectivos impactos;
- Melhor conservação dos recursos naturais;
- Melhoria da conscientização ambiental;
- Redução de potenciais problemas de saúde advindos do lançamento de resíduos no meio ambiente. (Gasi & Ferreira 2006).

Logo, verifica-se que, além de vantajoso para organização, também é obrigatório a adoção dessas práticas e assimilação dessas atitudes junto a sua cultura organizacional.

### 3.3.3 Ecoeficiência

A Ecoeficiência consiste-se em produzir mais produtos, gerar mais riqueza, reduzindo o consumo de materiais e energia, a geração de resíduos de poluição no ambiente, assim como os custos de operação e as possíveis responsabilidades por danos a terceiros. (DIAS 2011)

De certo modo, existe uma relação próxima entre Produção mais limpa e Ecoeficiência, por que os dois conceitos, estão ligados a redução de matérias-primas e recursos naturais com menos geração de resíduos.

A ecoeficiência para Gasi & Ferreira (2006):

É alcançada mediante o fornecimento de bens e serviços a preços competitivos que satisfaçam as necessidades humanas e tragam qualidade de vida, ao mesmo tempo

que reduzem progressivamente o impacto ambiental e o consumo de recursos ao longo do ciclo de vida, a um nível, no mínimo, equivalente à capacidade de sustentação estimada da Terra

A ecoeficiência, segundo os autores, está diretamente ligada a questão de responsabilidade ambiental, visto que está relacionado com a adoção de critérios ambientais para pensar numa produção sustentável, para que essa produção não ultrapasse a capacidade de sustentação do planeta. Pode-se pensar também pelo lado econômico, porque, adotando-se esse modo produtivo, além de redução do impacto ambiental, diminui-se também os custos envolvidos no processo, tornando a organização mais eficiente.

### 3.3.4 Responsabilidade Socioambiental

Segundo Borger (2006, p 16):

A responsabilidade Social é um conceito complexo e dinâmico porque as questões éticas, ambientais e sociais são intrincadas e voáteis. É extramamente difícil definir o que é um comportamento social e ambientalmente responsável, com uma percepção clara do que é certo ou errado, preto ou branco; as decisões não são dicotômicas. Depende do momento histórico, varia de cultura para cultura, constituindo um desafio para a gestão, e determina a busca de modelos teóricos para engajar a responsabilidade social.

Nessa perspectiva podemos compreender que a responsabilidade socioambiental vai além de atitudes meramente de caridade ou algo do tipo, ou apenas cumprimento da legislação do país. Definitivamente não é apenas isso. Responsabilidade socioambiental vai além dessa visão simplista. Ainda segundo a referida autora, um caso que exemplifica bem essa conotação é o caso da empresa Nike que foi acusada de ter menores de idade trabalhando para produção de seus produtos, contratados por empresas terceirizadas em outros países em condições duvidosas. A empresa estava cumprindo integralmente a legislação do país, mas a dúvida era se a empresa estava sendo ética e responsável.

Corroborando com esse pensamento Dias (2011, p. 173):

A responsabilidade socioambiental promove um comportamento geral na gestão que integra elementos sociais e ambientais que não necessariamente estão contidos na legislação, mas que atendem às expectativas da sociedade em relação à empresa.

Permite dizer que, para além das questões legais, a responsabilidade socioambiental deve integrar os elementos que estão dentro da organização, no sentido de tomada de decisão, ou seja, todas as vezes que existir alguma tomada de decisão na organização em que seja levado em consideração alguma atitude que vá impactar direta ou indiretamente a sociedade ou o meio ambiente, obrigatoriamente os elementos da responsabilidade socioambiental devem pautar essa tomada de decisão, para que, de certa forma essa decisão seja considerada responsável.

É como pensar a organização como um sistema integrado com a sociedade e o meio ambiente, em que as atividades dessa organização vão inevitavelmente impactar na sociedade e vice-versa. (DIAS 2011)

Ainda para Dias (2011), a responsabilidade socioambiental deve pautar-se por uma mudança de cultura que passam por algumas atitudes, são elas:

- estabelecer um programa de redução de emissões de poluentes;
- promover e estimular a pesquisa de novas tecnologias e novos produtos que não prejudiquem o meio ambiente;
- diminuir o consumo de matérias-primas, água e energia;
- diminuir a produção de resíduos
- recuperar e reciclar os seus produtos e subprodutos

Adotando essas atitudes, haveria uma introdução de novos padrões dentro da organização que serviriam para edificar os elementos responsabilidade socioambiental.

### 3.3.5 Educação Ambiental

A educação ambiental, pode ser entendida como uma possível ferramenta de mudança de pensamento dentro da organização, em direção a sustentabilidade, pois começa a ganhar um papel relevante, enquanto potencial ato político se embasando em valores para transformação positiva de valores socioambientais. Nesse contexto, é fundamental o entendimento de todos na organização sobre o papel a ser desempenhado pela educação ambiental na construção ou até reconstrução de valores dos cidadãos e membros das

organizações. Nesse contexto até a própria ISO 14001 enfatiza entre seus procedimentos a importância de conscientização como um importante elemento na implementação de um sistema de gestão ambiental - SGA (SIMONS 2006)

Corroborando para essa premissa cultural o pensamento de Seiffert (2007 p. 272):

A educação é essencial para o desenvolvimento, pelo seu valor intrínseco na medida em que contribui para o despertar cultural, a conscientização e compreensão dos direitos humanos, aumentando a adaptabilidade e o sentido de autonomia, bem como a autoconfiança e a auto-estima. É claro que também tem um valor instrumental com respeito à empregabilidade. Porém, a educação é condição necessária, mas não suficiente, para o indivíduo possa ter acesso a uma condição de trabalho decente, devendo vir junto com um grupo de políticas de desenvolvimento.

Dessa forma é necessário que haja uma reavaliação de pensamento dentro da sociedade em relação ao consumo. Essa reavaliação por meio da educação ambiental, pode fazer com que elementos de sustentabilidade sejam introduzidos na sociedade ou organização.

#### 3.4 AGENDA AMBIENTAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (A3P)

A princípio é relevante destacar que a A3P, foi criada pelo Ministério do Meio Ambiente no final da década de 90, com o intuito de criar na Administração Pública, elementos de sustentabilidade e boas práticas ambientais, contando com o apoio dos gestores e demais servidores, abaixo temos o seu logotipo.

Figura 2 - Logotipo A3P.



Segundo Teixeira e Azevedo (2013):

A agenda ambiental na administração pública foi criada para servir de instrumento de sensibilização, acreditando-se que encontraria eco nos diversos segmentos e instâncias do poder público e seus parceiros e revelaria lideranças locais comprometidas com a difusão dos conceitos e das práticas nela preconizados, assim como foi idealizada. Dessa forma, um dos objetivos da agenda foi construir uma cultura institucional fundamentada na excelência da gestão ambiental de modo que viesse contribuir para o fortalecimento das diretrizes para o desenvolvimento sustentável do país no tocante às obras públicas (TEIXEIRA; AZEVEDO, 2013, p. 142).

Por sua vez, essas boas práticas podem ser diminuição de consumo de energia, de água e demais recursos como papel, além de mudança de atitude dos colaboradores. Dessa forma, buscando aumentar a mudança de atitude dos servidores e com o objetivo de que estes disciplinem suas atividades de forma sustentável, o MMA por meio da Cartilha A3P de 2009 definiu como objetivos da A3P:

- Sensibilizar os gestores públicos para as questões ambientais;
- Promover o uso racional dos recursos naturais e a redução de gastos;
- Contribuir para os padrões de produção e consumo e para a adoção de novos referenciais de sustentabilidade no âmbito da administração pública;
- Reduzir o impacto socioambiental negativo direto e indireto causado pela execução das atividades de caráter administrativo e operacional;
- Contribuir para a melhoria da qualidade de vida. (BRASIL, 2009, p.33).

Verifica-se, assim, que para colocar em prática e perseguir esses objetivos a A3P estabelece cinco eixos temáticos, são eles:

- Uso racional dos recursos naturais e bens públicos;
- Gestão adequada dos recursos gerados;
- Qualidade de vida no ambiente de trabalho;
- Sensibilização e capacitação de servidores;
- Compras públicas sustentáveis. (BRASIL, 2009, p.33).

Eixo 1 - Uso racional dos recursos naturais e bens públicos - sobre meio ambiente, passam sem notar oportunidades de bons negócios ou de diminuição de custos. Usar de forma racional os recursos naturais e bens públicos significa em fazer de modo econômico e racional afastando o seu desperdício. O primeiro eixo abrange o uso racional de energia, água e madeira e também do consumo de papel, copos plásticos e demais materiais de expediente. Uma abordagem relacionada as causas ambientais se constitui no uso positivo do meio ambiente no processo de desenvolvimento de forma sustentável. É sobre valorização de

recursos que ainda não tinham sido incorporados a atividade econômica. Reciclar resíduos, por exemplo, é convertê-los em produtos ou equipamentos com valor agregado. Poupar energia, água e demais recursos quer dizer também reduzir custos de produção.

Eixo 2 - Gestão adequada dos resíduos gerados - o consumo e utilização de resíduos sólidos tem gerado mais atenção das instituições públicas, em todos os níveis de governo, Municipal, Estadual e Federal. A lei de Política Nacional de Resíduos Sólidos, de 2010, foi o início da mudança na maneira como o Brasil deve tratar os resíduos. De início é preciso não deixar que ocorra geração acumulada de resíduos quando possível. Procurar consumir sem desperdício (consumo sustentável) e reutilizar os produtos que antes eram descartados (reciclagem). Segundo a lei, a responsabilidade pelo direcionamento adequado dos resíduos sólidos é efetivamente de todos: governo, iniciativa privada e também da sociedade, é a chamada responsabilidade compartilhada. (BRASIL, 2010a).

Eixo 3 - Qualidade de vida no ambiente de trabalho - o terceiro eixo procura a qualidade de vida no ambiente de trabalho ao estimular a satisfação das pessoas (servidores) no ambiente de trabalho profissional com atitudes que resultam em mudanças efetivas na cultura do trabalho e também melhores situações ambientais gerais que proporcionam assim, saúde, segurança e a integração social, além do progresso das capacidades humanas, entre outros fatores. A procura pela qualidade de vida no ambiente de trabalho busca favorecer e satisfazer as necessidades dos servidores ao promover desenvolvimento as suas atividades na instituição porque as pessoas se tornam produtivas e motivadas quando estão mais felizes e incluídas com o próprio serviço. Dessa forma, a principal ideia é a conformidade dos interesses das pessoas que trabalham e das Instituições, ou seja, melhorando a qualidade de vida do trabalhador dentro de seu ambiente de trabalho, melhora significativamente a produtividade efetiva. É importante fazer pesquisa de opinião interna para ter uma ideia do grau de satisfação e motivação dos servidores, porque da análise dos resultados obtidos na pesquisa, pode-se ter uma noção da postura dos servidores sobre os fatores que estão dentro das necessidades da qualidade de vida e no trabalho. Essa pesquisa pode também apontar que mudanças precisam ser postas em prática para que os funcionários continuem satisfeitos e produtivos em seus respectivos trabalhos.

Eixo 4 - Sensibilização e capacitação - No quarto eixo, a Gestão Pública procura unir a sensibilização e a capacitação dos envolvidos em suas atividades (servidores). A sensibilização instiga os servidores à uma reflexão acerca da responsabilidade ambiental e social, a mudança na atitude no ambiente de trabalho. A capacitação é um projeto que ajuda diretamente na expansão de competências na instituição e individuais dos servidores nas

situações sobre gestão social e ambiental e, também fornece às pessoas envolvidas oportunidade para crescimento e melhora de suas habilidades e atitudes e cultura em geral para uma melhora no desempenho das suas atividades profissionais. Os processos de melhoria na capacitação envolvem também um acesso democrático a informações, novas tecnologias e troca de novidades, desenvolvendo a formação de redes no serviço público, por isso devem ser permanentes, porque a modificação de atitudes e hábitos culturais dependem de uma profunda reflexão contínua nas questões socioambientais e no envolvimento das pessoas com essa temática.

Eixo 5 - Licitações Sustentáveis - o quinto eixo refere-se às Licitações Sustentáveis. Admitindo-se que a manutenção das formas de trabalho no setor público consome uma grande quantidade de recursos naturais e materiais causando significativos impactos na economia e no ambiente, é importante procurar desenvolver a responsabilidade social e ambiental nas aquisições. Nesse aspecto, os administradores públicos dispõem de um grande conjunto de mecanismos legais que darão o suporte indispensável a tomada de decisão fundamentadas em práticas melhores que devem abranger não só os a temática econômica, como também ambientais e sociais. As compras e contratações públicas são realizadas por meio de um procedimento administrativo – a licitação – procurando escolher a proposta mais vantajosa ao interesse público (finalidade pública): o melhor produto ou equipamento pelo menor preço. A Lei 8.666/93 que regulamenta as licitações e contratos, leva pouco em consideração o impacto ambiental e social do projeto básico de obras e serviços, não se refere ao fator ambiental com relação a compras, mas em 2010 a Instrução Normativa 01/2010 “que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional” (BRASIL, 2010)

Como o verificado de forma detalhada, temos o quadro a baixo que ilustra todos os eixos da A3P juntamente com seus objetivos:

Figura 3 - Eixos da Agenda Ambiental na Administração Pública - A3P.



Fonte: Site do Ministério do Meio Ambiente - MMA.

Ademais, a agenda Ambiental na Administração Pública A3P, tem como princípios basilares a orientação dos 5 R's, como ilustra a figura a baixo:

Figura 4 - Agenda Ambiental na Administração Pública A3P.



Fonte: BRASIL. Senado Verde. 2017. Disponível em:

<<https://www12.senado.leg.br/institucional/programas/senado-verde/sobre-o-senado-verde/sobre-o-senado-verde>> Acesso em: 13 nov. 2017.

Frise-se ainda, consoante o Ministério do Meio Ambiente, que os cinco R's fazem parte de um processo educativo que tem por objetivo uma mudança de hábitos no cotidiano dos cidadãos. Com efeito, a questão-chave é levar o cidadão a repensar seus valores e práticas, reduzindo o consumo exagerado e o desperdício. Dessa forma, colocado a parte teórica, a A3P estabelece um passo a passo, para a operacionalização do programa, seguindo uma ordem cronológica.

### 3.5 ESTUDOS CORRELATOS

#### **AGENDA AMBIENTAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - A3P: UM ESTUDO SOBRE A POTENCIALIDADE DE APLICAÇÃO NO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE/RN**

Em estudo realizado no ano de 2011 no Município de São Gonçalo do Amarante – RN, sob o título “AGENDA AMBIENTAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - A3P: UM ESTUDO SOBRE A POTENCIALIDADE DE APLICAÇÃO NO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE/RN” os autores compararam os consumos de água, energia e materiais, durante a implementação da Agenda Ambiental na Administração Pública.

Quanto ao consumo de água, o autor verificou que, nas secretarias em que aderiam ao programa da A3P, apresentaram maior controle e maior consumo racional, embora não quantificado em números, até com elaboração de um programa de controle maior do consumo de água chamado “vigiagua”. Para os autores: “No que se refere ao uso racional da água (UR-AGUA1), apenas uma secretaria está em processo de implantação de procedimentos para um uso mais coerente (Infraestrutura), através de orientações aos seus funcionários sobre o desperdício de água.” RÊGO, PIMENTA, SARAIVA (2011)

Esse mesmo comportamento se repete na análise do consumo de energia, depois da implementada a A3P, as atitudes responsáveis também se refletiram em boas práticas no sentido de tentar baixar o consumo de energia na prefeitura. Para RÊGO, PIMENTA, SARAIVA (2011):

Com relação ao uso racional de energia elétrica (UR-ENER1), três secretarias (Secretaria do Meio Ambiente e Urbanismo; Secretaria de Saúde; Secretaria de Infraestrutura) estão em implementação de procedimentos para uso otimizado desse recurso. A ação pauta-se na instalação de lâmpadas mais econômicas e calhas luminosas.

Dessa forma, verificam-se, nessas duas variáveis, um impacto positivo na implementação da A3P, na prefeitura da São Gonçalo do Amarante, segundo os autores.

## ADESÃO DE UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA À AGENDA AMBIENTAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – A3P

No trabalho realizado pelas autoras procurou-se verificar a congruência entre os procedimentos adotados na Universidade Federal Rural da Amazônia – UFRA, uma das instituições mais antigas e tradicionais da Região Norte do Brasil, e as diretrizes estabelecidas na Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P. Aplicado questionário junto aos servidores da referida instituição sobre os cinco eixos da A3P, com diversas perguntas e se a Instituição “adere” ou não “adere” a estes princípios.

Sobre o uso racional dos recursos naturais e bens públicos, primeiro eixo temático, verificou-se que a instituição desenvolve a contento apenas um dos itens exigidos, que diz respeito ao monitoramento do uso da água, em acompanhamento diário das equipes técnicas da Prefeitura do Campus. Os dados da pesquisa indicam que nenhuma ação é desenvolvida no âmbito da IES em relação ao consumo de outros recursos como papel, energia elétrica e copos plásticos, o que é um indicador negativo do ponto de vista da sustentabilidade. VIEGAS, CABRAL (2014)

Ainda segundo as autoras, a Instituição incorporou de modo mais forte as características presentes nos eixos 3, 4 (qualidade de vida no ambiente de trabalho e sensibilização e capacitação dos servidores, respectivamente): Segundo as autoras: “A IFES desenvolve uma política bem estruturada de saúde e qualidade de vida aos seus *stakeholders*, o que evidencia o atendimento às diretrizes do terceiro eixo temático. A avaliação positiva dos entrevistados confirma, também, o atendimento aos indicadores descritos no quarto eixo temático, que trata da capacitação e qualificação dos servidores, contempladas nas políticas de gestão de pessoas da Instituição. Tais práticas indicam a incorporação da dimensão social da sustentabilidade.”

No eixo cinco as autoras consideram baixo o índice de congruência entre princípios da A3P e o que é executado na Instituição, dessa forma concluem que, de modo geral, que a Instituição pesquisada não incorporou práticas sustentáveis em conformidade com a A3P, talvez pela ausência de um sistema de gestão ambiental ou por falta de pressão de seus *stakeholders*.

## **GESTÃO AMBIENTAL EM INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR - UMA ANÁLISE DA ADERÊNCIA DE UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR COMUNITÁRIA AOS OBJETIVOS DA AGENDA AMBIENTAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (A3P)**

No trabalho realizado pelos autores, buscou-se analisar o grau de aderência de uma Instituição de Ensino Superior aos objetivos e princípios da Agenda Ambiental na Administração Pública, A3P, utilizando-se de um instrumento de questionário com os gestores da instituição, com respostas “adere” ou “não adere”, com perguntas referentes aos cinco eixos da A3P. A instituição, segundo os gestores entrevistados aderem completamente aos objetivos propostos pela A3P. Quanto aos eixos, a instituição adere totalmente aos eixos 1 e 2 e 4 e parcialmente ao eixo 3. Preocupa os autores a questão do eixo 5 (Licitações sustentáveis), que não apresentou aderência nenhuma. KRUGER; FREITAS; PFITSCHER (2011)

## **AGENDA AMBIENTAL NA ADIMINISTRAÇÃO PÚBLICA: UMA ANÁLISE DA ADERÊNCIA DE UMA IFES AS DIRETRIZES PROPOSTAS PELA A3P**

Os autores pesquisaram a aderência de uma IFES da Região Sul do Brasil, aos objetivos e cinco eixos da A3P através de questionário com perguntas sobre os eixos com respostas “adere” e “não adere” aplicado com o Coordenador de Gestão Integrada da própria IFES, e também foi aplicada entrevista semiestruturada, os resultados obtidos foram comparados com pesquisas realizadas em outras instituições e relatam que a instituição adere completamente ao Eixo 1 e parcialmente aos eixos 2 e 3, chamando atenção dos autores que a instituição não adere em nada os eixos 4 e 5. Interessante observar que na percepção dos autores a falta de adesão aos princípios da A3P esbarram principalmente em sensibilização dos stakeholders e posicionamento político. Este último, em relação à gestões anteriores que não deram devida continuidade a aplicação e gestão do programa. Também, segundo os autores, a instituição estudada, pratica tem práticas sustentáveis, embora não de forma

racional, ou ambientalmente responsável, mas por conta de racionalização de processos. FREITAS; BORGERT; PFITSCHER. (2011)

## **GESTÃO AMBIENTAL: PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS NOS CAMPI DE UMA IFES**

Autoras pesquisaram as práticas sustentáveis de uma IFES da Região Nordeste brasileiro, em relação aos eixos temáticos da A3P, em todos os seus campi. A problematização do trabalho era “Como as questões ambientais são tratadas em uma Instituição Federal de Ensino Superior (IFES) de estrutura multicampi?”. A pesquisa foi realizada com prefeito (sede) e subprefeitos (campi) de cada campus, Neste sentido constatou-se diferenças entre as práticas sustentáveis entre um campi e outro, como também destes para com o Campus Sede. A instituição estudada, em todos os seus campi atenderam mais o eixo 1 e menos os eixos 4 e 5. Interessante conclusão que as autoras chegaram em propor a criação de uma Política Ambiental de Sustentabilidade para a IFES. A mesma deve abraçar a estrutura multicampi e envolver todos os setores e atividades da instituição.

## **CARACTERÍSTICAS DE UMA CAPACITAÇÃO EM GESTÃO AMBIENTAL PARA SERVIDORES DE UMA INSTITUIÇÃO FEDERAL DE ENSINO SUPERIOR**

O estudo dos autores teve como principal objetivo identificar as características desejadas de um programa de capacitação ambiental em uma instituição federal de ensino superior, segundo a percepção de integrantes de comissões ambientais, gestores e servidores. Nesse processo identificaram impactos positivos e negativos do comportamento ambiental da instituição e a caracterização da política ambiental, como também estágio da gestão ambiental segundo os entrevistados. Nesta temática verificou-se algumas situações em que seriam necessárias para a instituição estudada, como diagnóstico da situação atual e estabelecimentos de objetivos e metas a serem cumpridas dentro de um prazo razoável, dessa forma, com ajuda de um marketing interno agressivo, seria o bastante para ter consumo sustentável dos recursos. Por fim os autores aconselham a criação de uma política efetiva de gestão ambiental, que, junto às atividades de aperfeiçoamento, será uma forma de estimular a adoção de atitudes

e procedimentos que levem ao uso consciente dos recursos naturais e dos bens públicos, contribuindo assim para reduzir os impactos ambientais causados pela instituição.

## 4 METODOLOGIA

Trata-se de uma investigação, que deu ênfase à pesquisa exploratória, no sentido de investigar os aspectos delimitados neste estudo. O método utilizado é o dedutivo e a pesquisa aplicada é do tipo quali-quantitativa, fazendo um comparativo da realidade do Campus antes da implementação da A3P, no ano de 2015, 2016 e 2017 mês a mês, pesquisando-se as variáveis de consumo de água, energia, consumo de copo descartável e resmas de papel.

A Instituição escolhida para realizar a pesquisa foi a Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), que hoje possui quatro campi distribuídos pelas cidades de Campina Grande, Sumé, Cuité, Patos, Pombal, Sousa e Cajazeiras. Esta escolha se deu pelo fato desta ser uma das maiores IFES do estado e também por sua capilaridade em todo estado, por ser uma instituição de ensino com papel importante na influência de adoção de práticas sustentáveis, contribuindo para o desenvolvimento socioambiental.

O estudo foi realizado também com servidores lotados no Centro de Ciências Jurídicas e Sociais – CCJS, Campus de Sousa - PB. A amostra é centrada nos servidores técnico-administrativos devido ao fato de que estes são multiplicadores e transformadores da realidade no âmbito das IFES, e sua colaboração é essencial ao implemento de ações de gestão ambiental.

É relevante destacar que foram investigadas as variáveis: consumo de água; consumo de energia; consumo de papel ofício; consumo de copos descartáveis, além das iniciativas de promoção do bem-estar dos servidores nos anos de 2015, 2016 e 2017, mês a mês, tomando por como data base de lançamento do programa março de 2016, comparando os níveis de consumo antes e depois.

Nesse sentido, o estudo de caso se deu também por meio da construção de um questionário baseado em um *check list* elaborado por Freitas, Borgert e Pfitscher (2011), e também por entrevista semiestruturada. Em sua versão original, o *check list* é composto por questões, subdivididas de acordo com os eixos temáticos da A3P, com opções de resposta em “adere e “não adere” a ser aplicado com a Diretora do Campus CCJS”.

Um dos instrumentos para coleta de dados será o uso do questionário, onde serão incluídas também algumas perguntas referentes a questões sobre o tema sustentabilidade através do enquadramento A3P com servidores da instituição.

Os instrumentos de coleta de dados foram questionário aplicado aos servidores do Centro de Ciências Jurídicas e Sociais, além de dados da Prefeitura do Campus e

Almoxarifado, como também aplicação de entrevista com a gestora do campus sobre o tema, que se constituiu em *check list* elaborado por Freitas, Borgert e Pfitscher (2011).

Os sujeitos da pesquisa são servidores efetivos da instituição, em um total de 27 (vinte e sete), além da gestora do campus.

O tratamento dos dados se deu através de simples aplicação de tabulação gráfica com ajuda do recurso OFFICE 2013, no programa Excel.

As dimensões da pesquisa referem-se exclusivamente ao tema da sustentabilidade, e aplicação da A3P no eixo 1, no campus do CCJS, sobre a ótica dos servidores e da gestora do próprio campus.

Pode-se dizer que esse estudo pode embasar de dados a tomada de decisão dos gestores da referida instituição no sentido de eleger prioridades e fomentar a gestão participativa da Instituição.

Portanto, a guarda do material coletado será de inteira responsabilidade do pesquisador e será arquivado por um período de cinco anos. Nesse sentido, o pesquisador garante o sigilo e a não identificação dos participantes, tomar-se-á o cuidado em preservar a identidade dos entrevistados, facilitando a aplicação do questionário de acordo com a disponibilidade de cada um.

## 5 RESULTADOS

### 5.1 DIAGNÓSTICO ORGANIZACIONAL

O CCJS é um dos Campi da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, e possui, hoje, quatro cursos de graduação, Direito, Administração, Ciências Contábeis e Serviço Social. O campus do CCJS está localizado em Sousa – Paraíba, alto sertão, cidade com estimadamente 69.554 pessoas segundo dados do IBGE. Ainda segundo o IBGE, a cidade apresenta Índice de Desenvolvimento Humano - IDH em 0,668, índice considerado “médio” e sendo o nono no estado da Paraíba.

Está localizado semiárido nordestino, local de baixo índice pluviométrico, e no corrente ano aumentou o problema hídrico, segundo informações do IBGE, a cidade de Sousa-PB apresenta um clima tropical. Chove muito mais no verão que no inverno. O clima é classificado como Aw de acordo com a Köppen e Geiger. 26.7 °C é a temperatura média. 872 mm é a pluviosidade média anual. A diferença entre a precipitação do mês mais seco e do mês mais chuvoso é de 223 mm. As temperaturas médias variam 3.3 °C durante o ano. O mês mais quente do ano é Novembro com uma temperatura média de 28.4 °C. Em Junho, a temperatura média é 25.1 °C. É a temperatura média mais baixa de todo o ano. O mês mais seco é Setembro e tem 4 mm de precipitação. Com uma média de 227 mm o mês de Março é o mês de maior precipitação.

### 5.2 ANÁLISE DAS DIMENSÕES DO EIXO 1 DA A3P

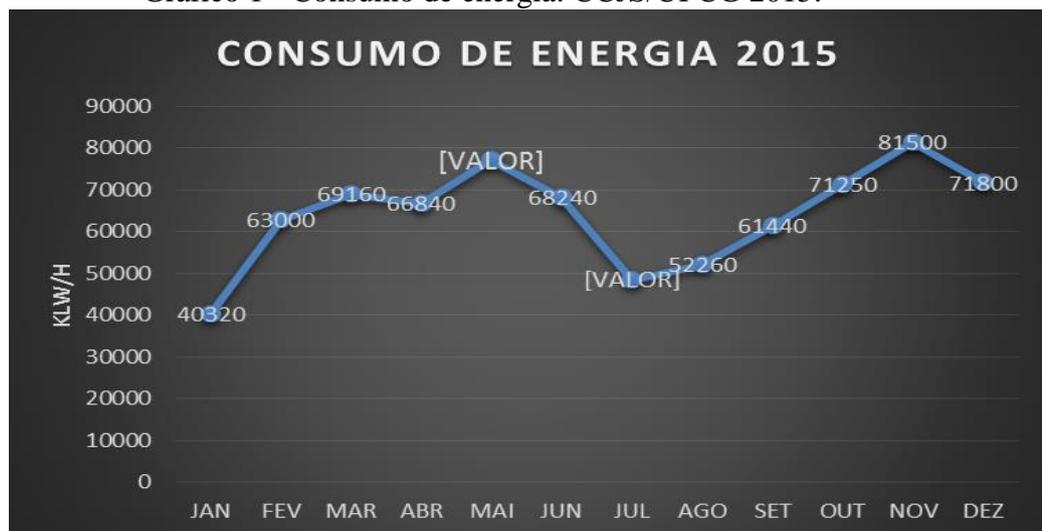
O Uso de modo racional dos recursos naturais e bens públicos no meio ambiente, passam sem notar oportunidades de bons negócios ou de diminuição de custos. Usar de forma racional os recursos naturais e bens públicos significa em fazer de modo econômico e racional afastando o seu desperdício. O primeiro eixo abrange o uso racional de energia, água e madeira e também do consumo de papel, copos plásticos e demais materiais de expediente. Uma abordagem relacionada as causas ambientais se constitui no uso positivo do meio ambiente no processo de desenvolvimento de forma sustentável. É sobre valorização de

recursos que ainda não tinham sido incorporados a atividade econômica. Reciclar resíduos, por exemplo, é convertê-los em produtos ou equipamentos com valor agregado. Poupar energia, água e demais recursos quer dizer também reduzir custos de produção.

### 5.2.1 Consumo de Energia

Inicialmente, faz-se necessário verificar, os dados coletados na instituição sobre consumo de Energia no Campus de Sousa, durante todos os meses dos anos de 2015 2016 e 2017, para saber o real impacto da implementação da A3P, começando a apreciação pelo o ano de 2015. Vejamos o gráfico a baixo:

Gráfico 1 - Consumo de energia: CCJS/UFCG 2015.

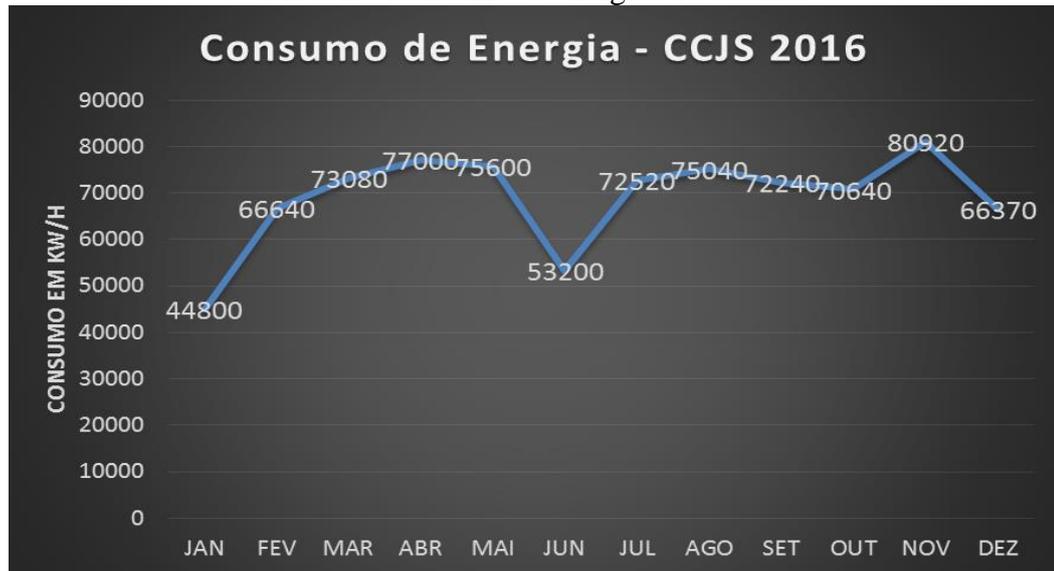


Fonte: Prefeitura UFCG.

É importante, dentro da avaliação do consumo de energia do CCJS no ano de 2015, levar em consideração o período de GREVE, em que toda a instituição se submeteu. Em meados de agosto do ano de 2015, foi deflagrada greve geral dos servidores, entre eles professores e técnico-administrativos de toda a UFCG, dessa forma o Campus do CCJS, nesse período ficou sem haver aulas regulares, entretanto com seus serviços administrativos funcionando, ainda que de forma parcial, apresentando, naquele ano de 2015, um consumo médio de 64310 KW/H.

Passando-se para avaliá-la o ano posterior (2016), tendo como data-base o mês de março de 2016, ano do lançamento do programa A3P no campus. Vejamos:

Gráfico 2 - Consumo de energia: CCJS/UFCG



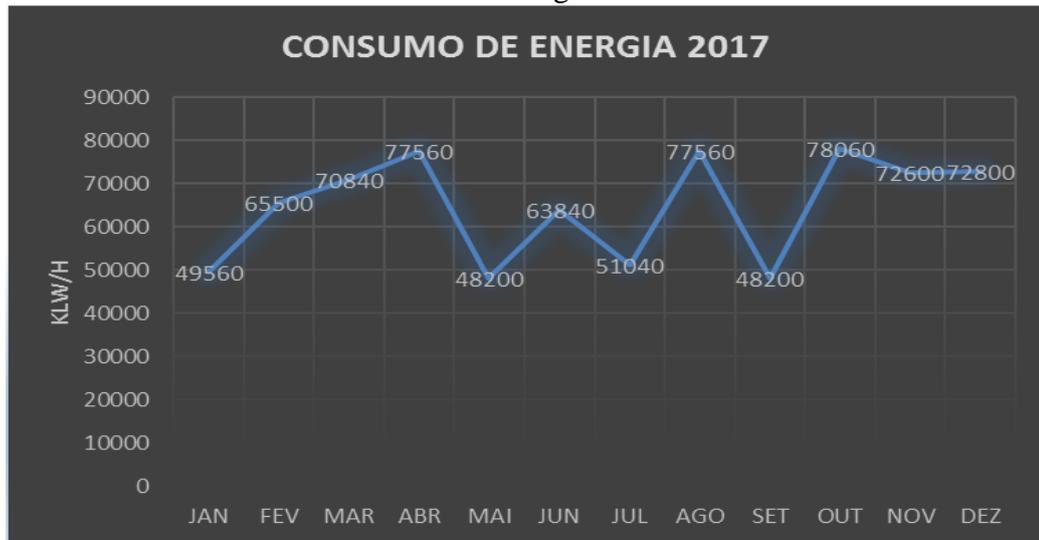
Fonte: Prefeitura UFCG.

O consumo de energia foi medido em KW/h e foi medido de acordo com as medições da Companhia de Energia do estado da Paraíba (ENERGISA), dessa forma, conforme se observa no gráfico, o consumo de energia no campus apresentou-se crescente a partir de janeiro até abril, quando apresentou uma considerável queda. O mês de janeiro, é de férias na Instituição, então se explica o baixo consumo neste mês. Mas quanto a abril e maio, meses de período letivo, o consumo apresentou queda significativa, logo após a apresentação da proposta de controle e uso racional de energia no campus, apresentando um consumo médio anual, no ano de 2016 62300 KW/H.

Entretanto, como também se consegue observar, o consumo de energia apresentou elevação nos meses posteriores, mantendo-se relativamente estável até o fim daquele ano.

Agora, passamos a avaliar e analisar o consumo de energia no campus do CCJS no ano de 2017, vejamos o gráfico:

Gráfico 3 - Consumo de energia: CCJS/UFMG 2017.



Fonte: Prefeitura UFGM

O consumo médio do ano de 2017 de energia no campus foi de 64021 KW/H. É importante frisar que neste ano de 2017, houve alguns novos condicionadores de ar instalados no campus, que naturalmente iria aumentar o consumo de energia.

### 5.2.2 Consumo de Água

Acompanhamos agora o consumo do item água previsto no Eixo 1 da A3P no Campus do CCJS, começando pelos índices de 2015, vejamos:

Os gráficos abaixo avaliam o consumo de água no campus referente ao ano de 2015, 2016 e 2017 no Campus do CCJS:

Gráfico 4 - Consumo de água: CCJS/UFCG 2015.

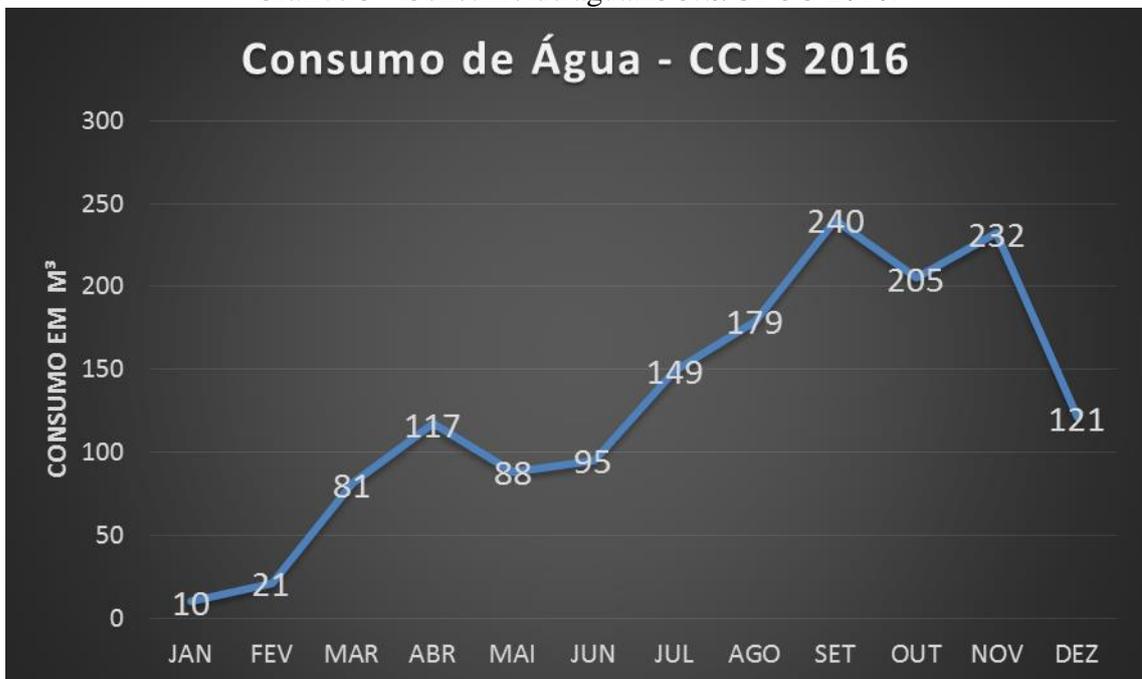


Fonte: Prefeitura UFCG.

No gráfico verificamos uma acentuada derrocada no consumo no final do ano de 2015 e verificamos também um consumo médio de 96 M<sup>3</sup> de água no ano de 2015 no CCJS.

Agora, passamos a analisar o consumo de água no CCJS no ano de 2016, fazendo comparativo com o ano anterior:

Gráfico 5 - Consumo de água: CCJS/UFCG 2016.



Fonte: Subprefeitura do CCJS/UFCG.

O consumo de água foi medido de acordo com os índices medidos pela Companhia de Água e esgotos da cidade de Sousa – DAESA e os dados foram retirados da Prefeitura Universitária da UFCG. É importante frisar também que os meses de dezembro e janeiro são de férias letivas então, pode-se explicar o baixo consumo de água por esse motivo. O consumo de água foi parecido com o de energia. Apresenta um crescimento inicial até o mês de abril, quando há uma considerável queda, depois, apresenta um forte aumento. São situações parecidas que podem explicar muita coisa, pode-se dizer que quando o programa foi apresentado, foi assimilado pela comunidade acadêmica e as medidas de sustentabilidade foram tomadas efetivamente, mas de modo temporário.

De modo temporário, por que em ambos os índices há uma leve queda no consumo nos meses subsequentes e depois um forte aumento.

Pode-se entender que não houve um acompanhamento de feedback da Instituição, como campanhas esporádicas de consumo consciente, nesse não específico.

No ano de 2016 apresentou um consumo médio de água no campus na ordem de 120 M<sup>3</sup>.

Agora passamos a analisar o consumo de água no CCJS no ano de 2017:

Gráfico 6 - Consumo de água: CCJS/UFCG 2017.



Fonte: Prefeitura CCJS.

É possível verificar um consumo, de certo modo linear neste ano específico constatando-se um consumo médio de 71 M<sup>3</sup>, no ano de 2017 no CCJS, R\$ 8.020,76 em 2017.

Agora passemos a verificação do item copos descartáveis no campus anos de 2015, 2016 e 2017, começando pelo ano de 2015 no CCJS, o consumo é medido através de pacotes de copos descartáveis, vejamos:

### 5.2.3 Consumo de Copos descartáveis

Agora vejamos os gráficos referentes ao consumo de Copos descartáveis no Campus do CCJS, nos anos de 2015, 2016 e 2017, segue:

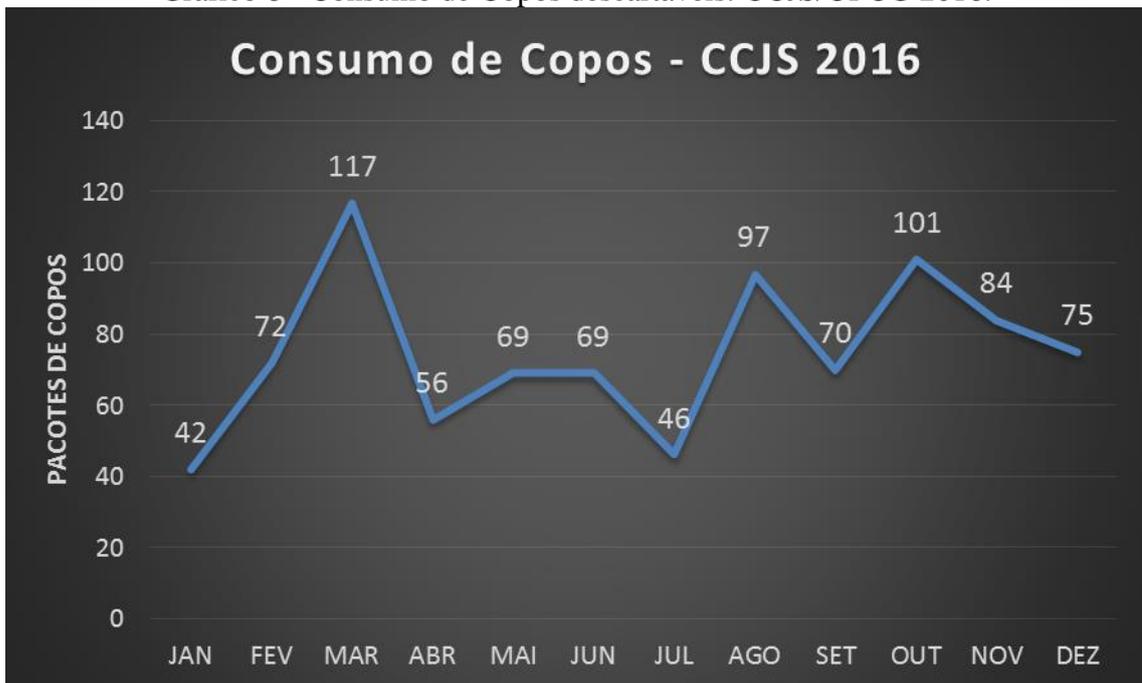
Gráfico 7 - Consumo de Copos descartáveis: CCJS/UFCG 2015.



Fonte: Almoxarifado CCJS.

Agora averiguando o consumo de copos descartáveis no CAMPUS do CCJS, constatamos que em 2015 consumiu-se um total de 874 pacotes de copos descartáveis, perfazendo uma média de 73 pacotes de copos consumidos por mês.

Gráfico 8 - Consumo de Copos descartáveis: CCJS/UFCG 2016.



Fonte: Almoxarifado do CCJS/UFCG.

O consumo de copos descartáveis foi medido de acordo com o consumo de Pacotes de Copos descartáveis e os dados, retirados do Setor de Almoxarifado da UFCG, no campus de Sousa. Quanto ao consumo de copos descartáveis no ano de 2016, apresentou aumento inicialmente e um consumo relativamente estável no decorrer do ano, importante destacar que os meses de baixo consumo foram justamente os que sucederam a apresentação do programa (abril, maio, junho e julho), havendo um aumento logo depois, perfazendo uma média de 74 pacotes por mês.

Gráfico 9 - Consumo de Copos descartáveis: CCJS/UFCG 2016.



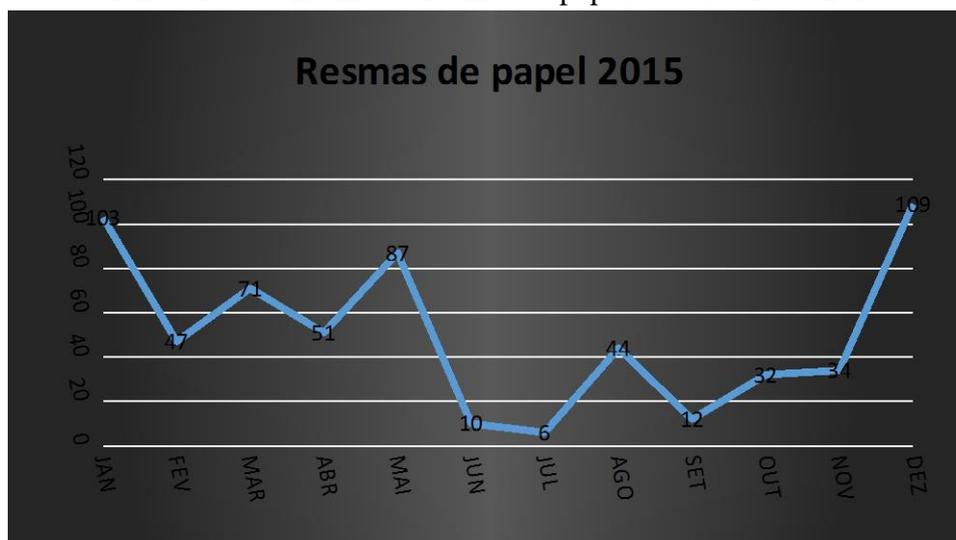
Fonte: Almoxarifado CCJS.

Avaliamos também o comportamento do consumo de copos descartáveis no ano de 2017, apresentando um consumo de certa forma mediano, sem nenhum pico, mas também considerado alto. Totalizando um valor, em números absolutos, de 849 pacotes de copos descartáveis consumidos no Campus do CCJS no ano de 2017, em uma média de 70 pacotes de copos por mês.

#### 5.2.4 Consumo de Resmas de Papel:

Segue abaixo gráficos referentes de consumo de Resmas de Papel no Campus do CCJS, referente aos anos de 2015, 2016 e 2017, iniciando-se pelo ano de 2015, vejamos:

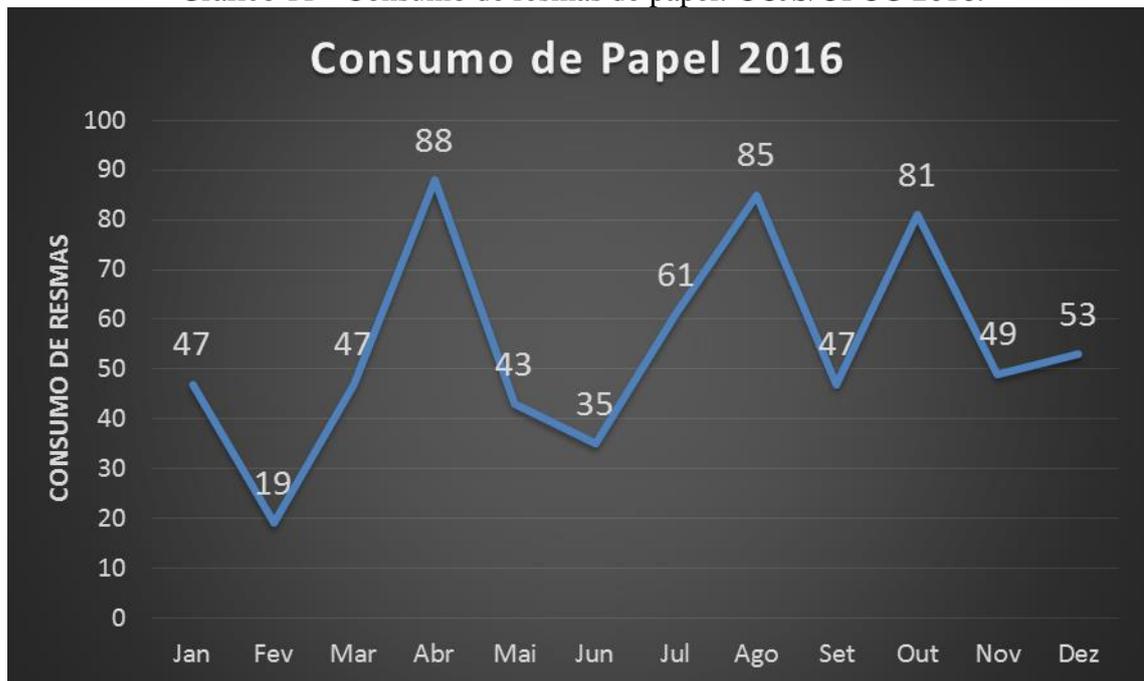
Gráfico 10 - Consumo de resmas de papel: CCJS/UFCG 2015.



Fonte: Almoxarifado CCJS.

O consumo de resmas de papel no ano de 2015 no campus do CCJS apresentou, em números absolutos um total de 509 resmas de papel, apresentando uma média de consumo de 43 resmas por mês.

Gráfico 11 - Consumo de resmas de papel: CCJS/UFCG 2016.

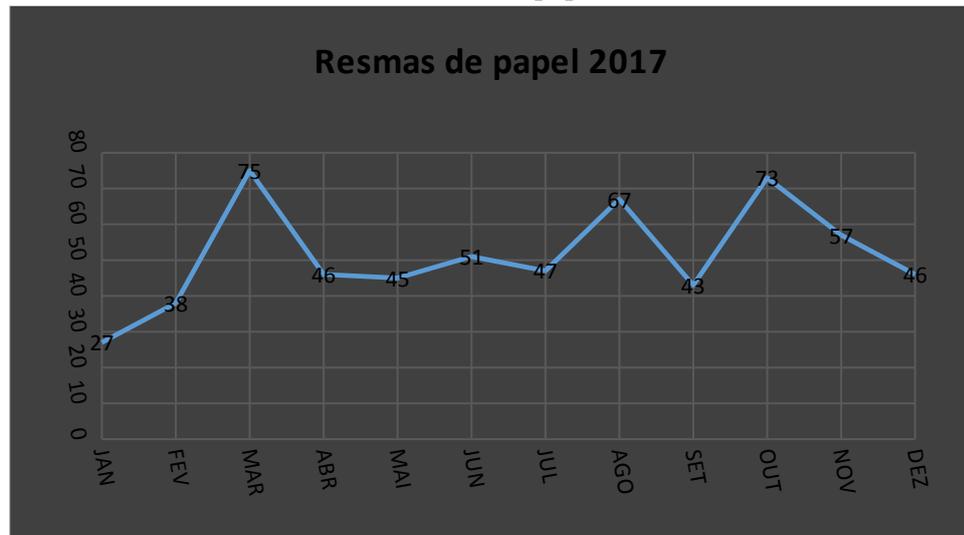


Fonte: Almoxarifado do CCJS/UFCG.

O Consumo de resmas de papel foi irregular durante do ano de 2016, mas apresentou uma relativa queda após o mês de abril, voltando a subir a partir dos meses de julho e agosto.

Apresentado e analisado os índices de consumo de energia, água, pacotes de copos descartáveis e resmas de papel, passamos a analisar a pesquisa aplicada no campus com os seus servidores, primeiro apresentado o perfil. Totalizando um total de 655 resmas de papel no ano de 2016 e uma média de 54 resmas por mês.

Gráfico 12 - Consumo de resmas de papel: CCJS/UFCG 2017



Fonte: Almoarifado CCJS.

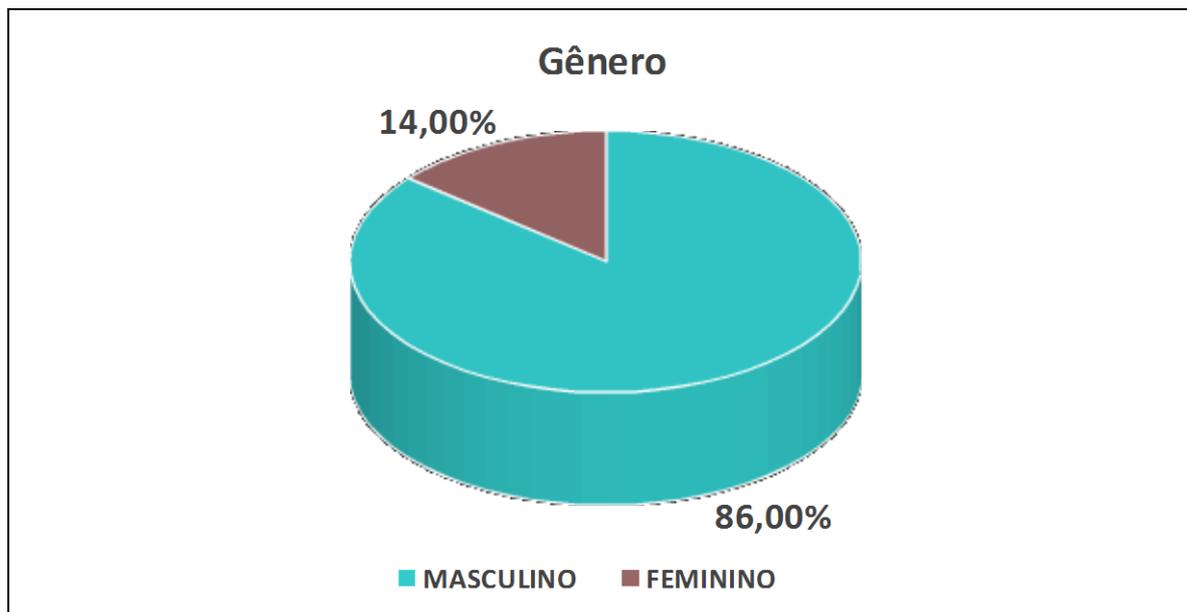
O consumo de resmas de papel no campus do CCJS no ano de 2017 apresentou um total de 615 resmas e uma média de 50 pacotes consumidos por mês, apresentando uma considerável queda relativamente ao ano anterior.

Apresentado o nível de consumo dos itens estudados, passaremos a verificar o questionário aplicado com os servidores técnico-administrativos da Instituição, CCJS, começando pelos aspectos sociais até a percepção dos impactos causados pela adesão da A3P no Campus, vejamos:

### 5.3 ANÁLISE DA PERCEPÇÃO DOS SERVIDORES

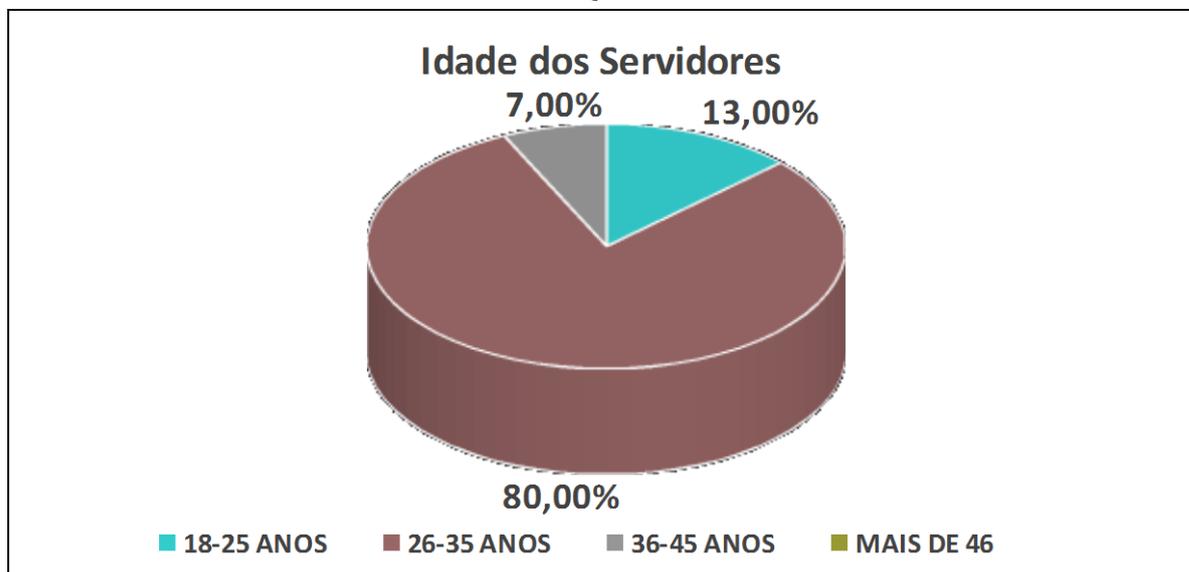
Abaixo, segue Entrevista aplicada aos servidores do CCJS, num quantitativo de 27 servidores entrevistados, sobre questões sociais e percepção sobre aplicação da A3P no Campus do CCJS e demais conceitos de sustentabilidade.

Gráfico 13 – Quanto ao Gênero.



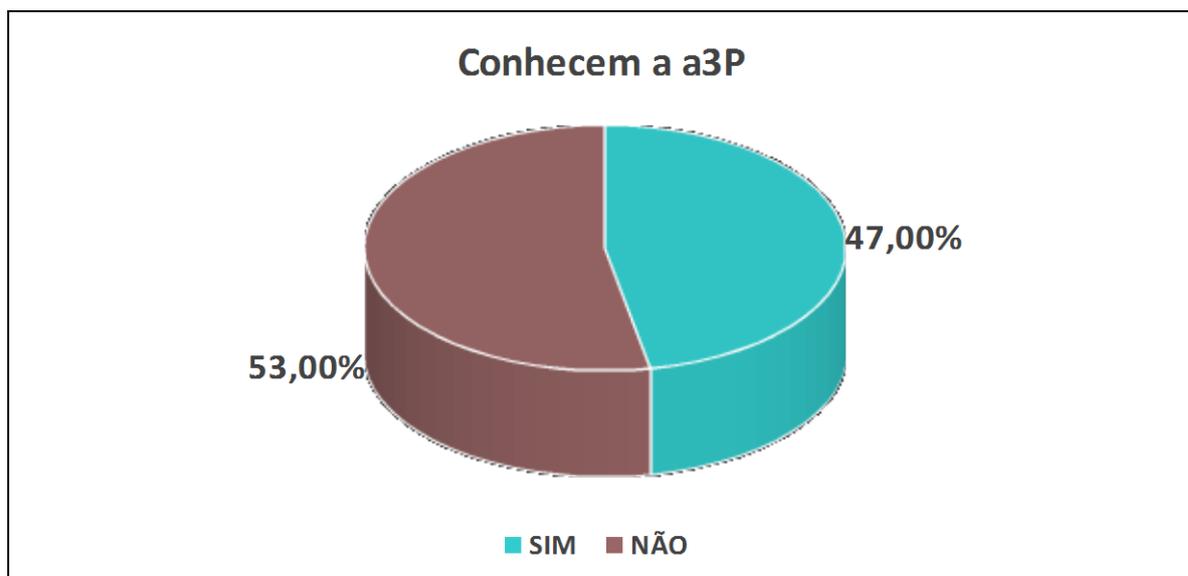
O questionário aplicado revelou uma maioria de servidores do sexo masculino, quanto ao gênero, 86% dos servidores entrevistados.

Gráfico 14 – Quanto à Idade.



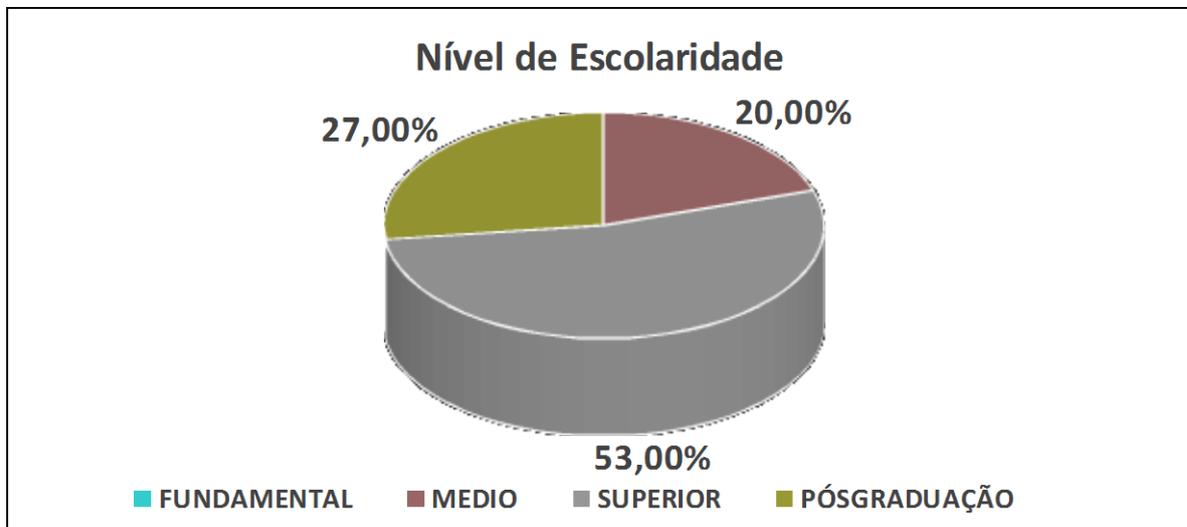
Dos servidores entrevistados na pesquisa, ampla maioria do apresentam idade entre 36 a 35 anos, podendo ser considerados em sua maioria jovens.

Gráfico 15 - Conhecimento sobre a Agenda Ambiental na Administração Pública.



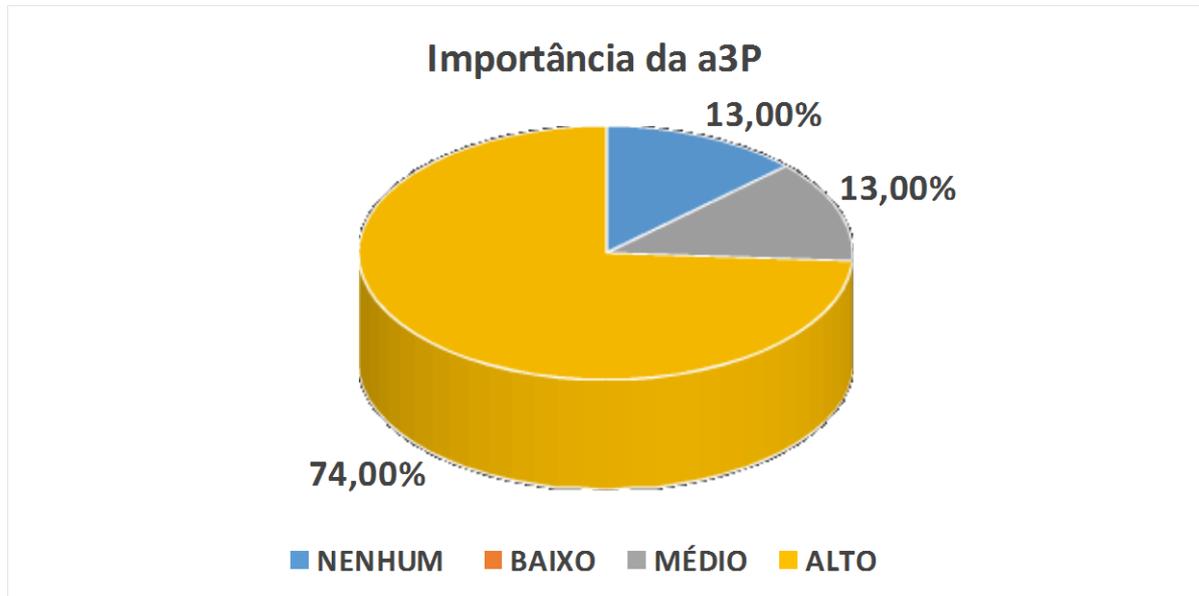
No questionário aplicado, dos servidores entrevistados, 53% conhecem a A3P, e 47% afirmam desconhecer a A3P.

Gráfico 16 - Quanto à escolaridade.



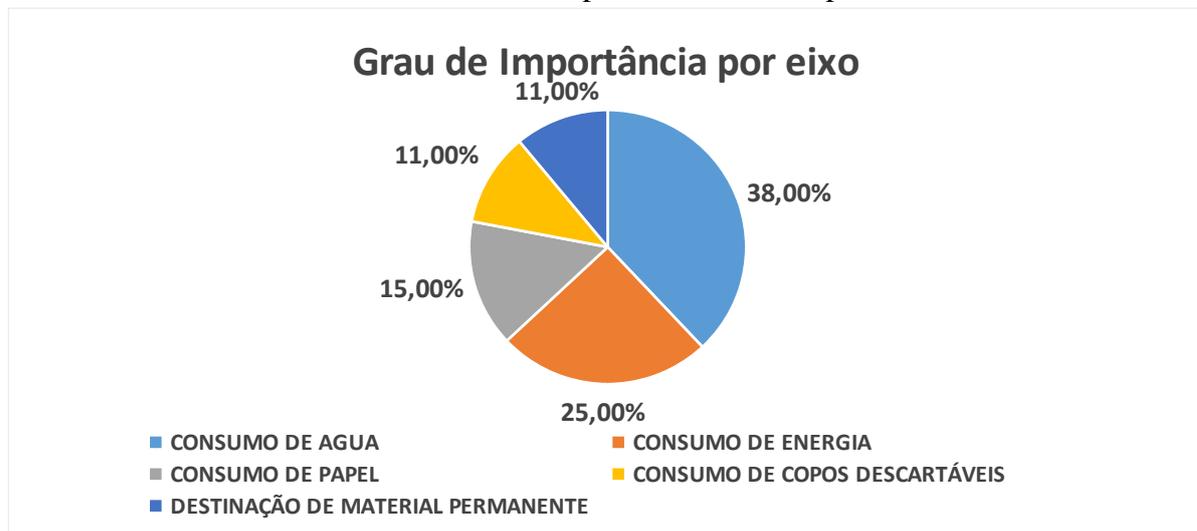
Quanto à escolaridade, a maioria dos entrevistados apresenta nível de instrução de grau superior, com 53% dos entrevistados, 27% pós-graduação e 20% nível médio, nível fundamental apresentou 0%.

Gráfico 17 - Qual a importância da A3P.



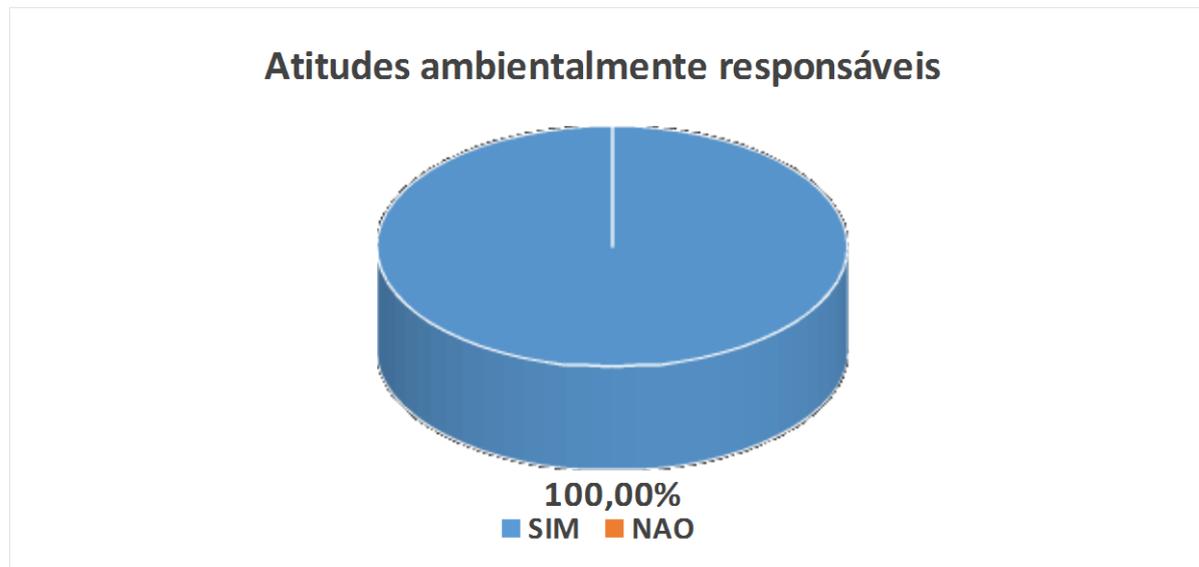
Dos entrevistados na pesquisa, 74% consideram alta a importância da A3P, 13% médio e 13% não veem importância nenhuma na A3P.

Gráfico 18 - Grau de importância dividido por eixo.



Na opinião dos servidores entrevistados, observando-se a importância de se colocar em prática atitudes ambientalmente responsáveis, de acordo com a A3P, 38% dos entrevistados consideram que o item que deve haver maior preocupação para essas atitudes é o consumo de água, seguido por consumo de energia em segundo lugar com 25%, e consumo de papel com 15%, por último, empatados, ficaram consumo de copos descartáveis e destinação de material permanente.

Gráfico 19 - Atitudes ambientalmente responsáveis.



Essa questão foi relativamente simples, perguntava se o servidor estaria interessado em atitudes ambientalmente responsáveis e sustentáveis, a resposta foi que 100% dos servidores entrevistados responderam que sim, que estão interessados.

#### 5.4 ANÁLISE DA ENTREVISTA COM A GESTORA DO CCJS

Agora abaixo verificamos o questionário *check list* de Freitas, Borgert e Pfitscher (2011), aplicado com a Gestora do Campus CCJS:

Quadro 2 - Eixo 1 da A3P: Uso racional dos recursos naturais e bens públicos.

	ADERE	NÃO ADERE	OBSERVAÇÃO
A IFES desenvolve alguma ação de monitoramento/redução do consumo de papel?	X		
A IFES desenvolve alguma ação de monitoramento/redução do consumo de papel?	X		
A IFES desenvolve alguma ação de monitoramento/redução do consumo de água?	X		
A IFES desenvolve alguma ação de monitoramento/redução do consumo de copos	X		

plásticos?			
A IFES desenvolve alguma ação de monitoramento/redução do consumo de outros materiais/recursos que possam causar impactos ambientais significativos?		X	
<b>Eixo 2 – Gestão adequada dos resíduos gerados</b>			
A IFES desenvolve e incentiva a política dos 5R's?		X	
Existe coleta seletiva na Instituição?		X	
Há destinação adequada a resíduos perigosos?		X	
<b>Eixo 3 – Qualidade de vida no ambiente de trabalho</b>			
A IFES oferece atividades de ginástica laboral ou atividades semelhantes aos seus servidores?	X		
A IFES possui controle da jornada de trabalho?	X		
Os ambientes da IFES, especialmente os de trabalho, são salubres?	X		
A IFES incentiva o desenvolvimento e capacitação de seus servidores através da autonomia das atividades a serem desenvolvidas?	X		
A IFES incentiva e promove a integração social interna, através da integração de servidores em áreas comuns e eventos de finalidade integrativa?	X		
A IFES incentiva e respeita a liberdade de expressão?	X		
<b>Eixo 4 – Sensibilização e capacitação dos servidores</b>			
A IFES desenvolve ações de sensibilização e capacitação com os servidores técnico-administrativos?	X		
A IFES desenvolve ações de sensibilização e capacitação com os servidores docentes?	X		
A IFES desenvolve ações de sensibilização com o discente?	X		
<b>Eixo 5 – Licitações sustentáveis</b>			
A IFES incentiva e promove a contratação de obras públicas que respeitem padrões de sustentabilidade?		X	

A IFES incentiva e promove a compra de bens que respeitem os padrões de sustentabilidade?	X		
A IFES incentiva e promove a contratação de serviços públicos que respeitem os padrões de sustentabilidade?		X	

Fonte: Adaptado de Freitas, Borgert e Pfitscher (2018).

Depreende-se do *check list* aplicado com a gestora do Centro de Ciências Jurídicas e Sociais – CCJS, que em relação ao Eixo I da A3P, a Instituição adere em quase na totalidade dos itens avaliados, excetuando-se a questão de desenvolver alguma ação de monitoramento/redução do consumo de outros materiais/recursos que possam causar impactos ambientais significativo, abrindo espaço para alguma ação futura nesse sentido.

Em relação a o Eixo 2 da A3P, preocupa as respostas que a instituição não adere a nenhuma das hipóteses perguntadas, mas em relação a política dos 5 R'S, a instuição da A3P no Campus já pode fazer pensar e inserir dentro da comunidade acadêmica alguns desses elementos na cultura organizacional.

Sobre o Eixo 3 da A3P, a gestora relata que a Instituição adere a todas hipóteses perguntadas, isso é de grande valia para a instituição e demonstra a responsabilidade social da Instituição para com seus servidores e funcionários, o mesmo valendo para a aplicação e aderência ao Eixo 4 da A3P, todos os itens avaliados são postos em prática.

A respeito do Eixo 5, observa-se que a instituição não adere em parte a questão de “licitações sustentáveis”, mas em entrevista com a diretora, foi relatado que a questão de responsabilidade em compras com o elemento de sustentabilidade já é orientação que parte desde a Reitoria passando pela Direção de Centro, até o setor de Licitações, então essa prática está no início, mas com bons frutos, em alguns casos aquisição de condicionadores de ar com baixo consumo de eletricidade e maior durabilidade, foi um exemplo citado.

Fazendo um apanhado geral da situação pode-se perceber que a Instituição, depois da adoção da Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P, o CCJS consegue, de certa forma aderir a maior parte dos itens perguntados e dos eixos, sendo compatível com os elementos da Sustentabilidade apregoados pelo programa A3P.

## 5.5 PLANO DE AÇÃO

O plano de ação escolhido para o presente trabalho foi a elaboração de um protótipo de sistema de Gestão Ambiental – SGA conforme modelo do *NBR ISO 14001*, dentro da premissa da Agenda Ambiental na Administração Pública A3P, também levando em consideração a melhoria contínua de um SGA sob a perspectiva do PDCA a ser sugerido sua implementação no Campus do CCJS, com servidores, professores e alunos, para controle e redução de consumo de itens básicos como água e energia elétrica, copos descartáveis e resmas de papel e mudança na cultura de sustentabilidade do campus, apresentando problemas e soluções apontadas.

<b>Problema</b>	<b>Possível Solução</b>	<b>Fundamentação</b>
Alto consumo de Energia	Definição de metas de redução por um período de tempo. Rotina de conscientização preventiva.	NBR 14001, Política Ambiental, sustentabilidade
Consumo de água	Conscientização dos servidores, melhorias no ambiente de trabalho, reutilização	Adoção de critérios sustentáveis, política 5r's
Consumo de resmas de papel	Conscientização para a diminuição do lixo gerado, alternativas tecnológicas	NBR 14001, Produção Mais Limpa
Consumo de Copos descartáveis	Alternativas de caneca única, redução de lixo gerado.	Ecoeficiência
Mudança na cultura sustentável	Marketing interno, engajamento da alta administração, missão e visão definidos para a questão ambiental, Esteja disponível ao público no site	Marketing verde, (BARBIERI 2011), Ciclo PDCA.
Engajamento da comunidade	Divulgação interna e externa, mostra de benefícios da cultura sustentável	Melhoria Contínua.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Do que foi levantado em termos de dados e informações, podemos concluir que a Agenda ambiental na Administração Pública é de suma importância em todos os graus das Instituições Públicas para inserir em suas práticas atitudes ambientalmente responsáveis, pensando sempre no bem comum da sociedade.

O evento que lançou a A3P no Campus de Sousa-PB ocorreu em março de 2016, e apresentava uma sistematização baseada no eixo 1 da A3P, em relação a Consumo de Água, Energia, resmas de papel e copos descartáveis.

Analisando os dados de consumo de energia, podemos concluir que após a divulgação da A3P o consumo apresentou uma relativa queda em meses subsequentes, entretanto, houve um retorno ao consumo natural do período medido (anos de 2015, 2016 e 2017), isso pode significar que, houve inicialmente um impacto positivo no consumo sustentável e depois, com o passar do tempo, o consumo voltou a sua normalidade, com as pessoas consumindo sem nenhuma preocupação com a sustentabilidade.

Em números, sobre energia, do ano de 2015 para o ano de 2016 o consumo de energia no Campus foi reduzido na ordem de 3,8%, mesmo levando em consideração o período de greve na Instituição, que foi no ano de 2015 e naturalmente não a Instituição não funcionou em sua capacidade máxima durante quase três meses. Com relação, aos anos de 2016 e 2017 houve também uma pequena redução na ordem de 2%, no consumo médio de energia.

É de suma importância frisar aqui que a instituição estudada, UFCG, passou no ano de 2015 nos meses de julho, agosto e setembro, por um período de greve, de modo que os índices desse período serão analisados com devida cautela pois durante esse período a instituição não funcionou no máximo de sua capacidade, mesmo assim em algum dos itens estudados, por exemplo água, apresentou um consumo parecido com de anos posteriores.

Em relação ao consumo de água, apresentou um relativo aumento do ano de 2015 para o ano de 2016 e uma redução para o ano de 2017, de modo que essa redução no ano de 2017 foi significativa a ponto de voltar ao patamar de consumo do ano de 2015.

Esse comportamento se repete também nas outras duas variáveis discutidas: consumo de resmas de papel e copos descartáveis.

Do que foi efetivamente feito é notório que a comunidade acadêmica assimilou os ensinamentos de sustentabilidade então o que falhou, no decorrer do tempo?

A A3P foi lançada como um evento, assim como manda a cartilha do programa gerado pelo Ministério do Meio Ambiente, com a formação de sua Comissão Gestora. Entretanto, o que houve depois no decorrer dos meses foi que a comissão não se manteve ativa no desenvolvimento de atividades que incentivem o consumo sustentável, isso explica o porquê desse comportamento curioso em todas as variáveis estudadas no Eixo 1, e que foram alvo da Comissão Gestora da A3P no Centro de Ciências Jurídicas e Sociais – CCJS.

Dessa forma, recomenda-se que depois de lançada a proposta da A3P e, depois de colocada em prática no universo de atuação, os princípios de sustentabilidade, que se continue com pequenos eventos, e atividades nesse sentido, para que esse sentimento de sustentabilidade ambiental não fique adormecido na mente das pessoas que fazem a instituição, no caso do CCJS, alunos, professores e servidores.

Esse comportamento inicial de queda de todas as variáveis estudadas, depois do lançamento da A3P, no período de um ano, é extremamente benéfico e representa resultado positivo real do seu lançamento. Uma atitude responsável capaz de diminuir índices de consumo e apresentar uma racionalização desse consumo na prática é positiva e deve ser levado para outras instituições como exemplo de sucesso.

Os impactos positivos para a comunidade acadêmica são vários, como um consumo sustentável, baixo degradação do meio ambiente, baixo índice de lixo gerado com a redução de consumo de papel e copos descartáveis, e principalmente um consumo de água sustentável.

Essas situações positivas geradas dentro do Campus se irradiam para a toda comunidade na cidade, como a Universidade deve ser exemplo de boas práticas e novas ideias para o futuro, então esse programa traz essa inovação. Algo novo e benéfico para as futuras gerações. É importante que se diga do sucesso do lançamento do programa recomendando-se em outras instituições com as observações feitas anteriormente.

Fazendo um comparativo com o estudo realizado na Prefeitura de São Gonçalo do Amarante, verificam-se que, as duas instituições que implementaram os princípios da A3P obtiveram bons resultados, tanto na redução do consumo, quando na geração boas práticas sustentáveis. Esses resultados, tímidos ou não, representam viabilidade da implementação do programa e merecem ser destacados com vistas em melhorias.

Quanto ao questionário aplicado, sobre a percepção do servidor efetivo da Instituição, sobre o conhecimento do programa A3P, a maioria conhece, mas uma parte considerável dos servidores entrevistados responde que não conhecem. Isso se deve ao fato de parte desses servidores entrevistados serem relativamente novos na casa, ou seja, entraram depois do lançamento da A3P.

Dos servidores entrevistados a maioria apresenta grau de instrução superior, ou seja, um corpo de servidores formado por pessoas instruídas e com bom nível intelectual.

Quando perguntados sobre qual a importância da A3P, a maioria dos servidores entrevistados disse que é de alta importância, estranha o resultado de 13% dos entrevistados tratarem o programa como sem nenhuma importância, é necessário um trabalho de conscientização ambiental e de apresentação do programa para os servidores, nesse sentido.

Em um importante questionamento sobre o grau de importância das variáveis estudadas, os servidores entrevistados elegeram, em sua maioria, o consumo de água como de maior importância. Isso se deve a o fato de que a cidade em que foi aplicada a pesquisa localiza-se no sertão da Paraíba, local de baixa pluviosidade e baixos níveis de reservatório de água.

Essa percepção dos servidores nasce quase como uma obrigação, pois, em virtude dessa situação de escassez do recurso água, o servidor tem o dever de utilizar o recurso de forma racional. Essa situação deve ser mais bem explorada pelos gestores, para disseminar boas práticas entre a comunidade acadêmica. Essa necessidade pode gerar a criação de uma cultura sustentável para a organização, irradiando-se também para outros lugares, como para a cidade que a organização está inserida, que sofre com a situação.

Em segundo lugar, ficou o consumo de energia, como mais importante. Esse consumo responsável, além de gerar boas práticas ainda reflete diretamente na questão econômica, em virtude do encarecimento atual do recurso. A universidade tem o poder-dever de ser o exemplo para a comunidade e fazer reduzir seu consumo de energia é primordial para fazer valer essa posição junto à sociedade.

Depois, em terceiro lugar, elegeram o consumo de resmas de papel, não menos importante, em virtude de, além de manter árvores (já que são produzidas através da celulose), o consumo racional, também causa menor nível de lixo gerado, impactando pouco o meio ambiente. Por último, empatados estão o consumo de copos descartáveis e destinação de material, que os servidores entrevistados elegeram como prioridade.

Por fim, foi feita uma singela pergunta aos entrevistados, se eles estariam dispostos a atitudes ambientalmente responsáveis e sustentáveis, de acordo com as premissas da A3P, e o resultado foi estrondoso. Todos os servidores que responderam a pesquisam responderam que sim, e isso traz uma resposta muito significativa para este trabalho, pois quem faz a A3P são as pessoas. As pessoas, e somente elas são responsáveis por atitudes assim, que não degradam o meio ambiente, que surgem como exemplo para outras pessoas seguirem e que agregam valor a instituição como um todo.

O fato de que todos os servidores entrevistados estarem dispostos a atitudes sustentáveis revela um terreno fértil para a A3P prosperar, pois uma atitude de um leva a outra de outra pessoa e assim, de acordo com o manual da A3P, as pessoas se veem inseridas em um ambiente responsável e sustentável.

Com relação ao *check list* aplicado com a Gestora do Campus, é de se observar que o CCJS, hoje, adota várias práticas de Desenvolvimento Sustentável e respeito ao meio ambiente, dentro do programa A3P, de modo que várias das respostas às perguntas apresentadas foram respondidas positivamente, chama atenção em relação ao Eixo I, quando perguntado se a Instituição “A IFES desenvolve alguma ação de monitoramento/redução do consumo de outros materiais/recursos que possam causar impactos ambientais significativos?” foi respondido que não. Está aí um terreno frutífero para programas nesse sentido, em relação a investimentos fortes em marketing interno, podendo investir-se nessa situação para alcançar resultados significativos, como colocado no Plano de Ação deste estudo.

Também, no mesmo sentido, com relação Ao Eixo 5, é interessante a pesquisa, e implementação de diretrizes eco responsáveis na aquisição de equipamentos, para uma maior responsabilidade social e ambiental.

## 7 ORÇAMENTO

ORÇAMENTO da pesquisa “AGENDA AMBIENTAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (A3P): UM ESTUDO APLICADO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE – UFCG”

Deslocamento (valor estimado a ser gasto em combustível em veículo com autonomia de 10km/l e combustível custando R\$ 4,00) em carro próprio para o distrito de São Gonçalo em Sousa-PB ida e volta:

- $20\text{km} \times 2 = 40 \text{ km}$
- $40 \text{ km} / 10 \text{ km/l} = 4$
- $4 \times 4 = \text{R\$ } 16,00$  (dezesesseis reais)

Material de expediente (papel A4, cartucho de tinta, prancheta, caneta, etc.):

- Estimativa de gastar: R\$ 200,00 (duzentos reais)

Total de gastos, considerando eventuais acréscimos nos valores ou economia, reservo o quantitativo de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais).

**ALESSANDRO VIEIRA CARNEIRO**  
PESQUISADOR

## REFERÊNCIAS

AESA. Governo do Estado da Paraíba. **Volume de Açudes. Açude: São Gonçalo**. Disponível em: <[http://www.aesa.pb.gov.br/aesa-website/monitoramento/volume-acude/?id\\_acude=9659](http://www.aesa.pb.gov.br/aesa-website/monitoramento/volume-acude/?id_acude=9659)>. Acesso em: 13 jan. 2018.

BARBIERI, José Carlos. **Gestão Ambiental Empresarial**. 2. ed. Saraiva. Minha Biblioteca, 2007.

BARSANO, Paulo Roberto; BARBOSA, Rildo Pereira. **Gestão Ambiental**. Érica. Minha Biblioteca, 2014.

BORGER, Fernanda Gabriela. Responsabilidade corporativa: a dimensão ética, social e ambiental na gestão das organizações. IN: VILELA JÚNIOR, Alcir; DEMAJOROVIC, Jacques (Orgs) **Modelos e Ferramentas de Gestão Ambiental: Desafios e Perspectivas para as Organizações**. São Paulo Editora Senac, 2006.

BORREGO, C., **A política ambiental de Portugal no espaço europeu: atitudes e desafios. In Europa: Novas Fronteiras Portugal: 25 anos de integração europeia**. Centro de Informação Europeia Jacques Delors p. 177- 182. Acesso em 21 de jan. de 2018.

BRASIL. **Cartilha da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P)**. Presidência da República. Ministério do Meio Ambiente. Brasília – DF. 2009. 5. ed. Revista e atualizada. Disponível em: <[http://www.mma.gov.br/estruturas/a3p/\\_arquivos/cartilha\\_a3p\\_36.pdf](http://www.mma.gov.br/estruturas/a3p/_arquivos/cartilha_a3p_36.pdf)>. Acesso em: 05 mar. 2017.

CLIMATE-DATA.ORG. **Clima: Sousa**. Disponível em: <<https://pt.climate-data.org/location/42525/>>. Acesso em: 13 jan. 2018.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (CMMAD). Sobre o Senado Verde. **Institucional**. Senado Verde. 2017. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/programas/senado-verde/sobre-o-senado-verde/sobre-o-senado-verde>. Acesso em: 13 nov. 2017.

\_\_\_\_\_. **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1988.

DIAS, Reinaldo. **Gestão Ambiental - Responsabilidade Social e Sustentabilidade**. 3. ed. Atlas. Minha Biblioteca, 2017.

EPELBAUM, M. Sistemas de gestão ambiental. IN: VILELA JÚNIOR, Alcir; DEMAJOROVIC, Jacques (Orgs) **Modelos e Ferramentas de Gestão Ambiental: Desafios e Perspectivas para as Organizações**. São Paulo Editora Senac, 2006.

FREITAS, C. L.; BORGERT, A.; PFITSCHER, E. D. **Agenda Ambiental na Administração Pública: uma análise da Aderência de uma IFES as diretrizes propostas pela A3P**. Trabalho apresentado no XI Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul. Florianópolis, 2011.

FREITAS, C. L.; BORGERT, A.; PFITSCHER, E. D. **AGENDA AMBIENTAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: UMA ANÁLISE DA ADERÊNCIA DE UMA IFES AS DIRETRIZES PROPOSTAS PELA A3P**. IX Colóquio internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul. Florianópolis-SC. 2011.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 13 jan. 2018.

GASI, Tania Mara Tavares; FERREIRA, Edson. Produção mais limpa. IN: VILELA JÚNIOR, Alcir; DEMAJOROVIC, Jacques (Orgs) **Modelos e Ferramentas de Gestão Ambiental: Desafios e Perspectivas para as Organizações**. São Paulo Editora Senac, 2006.

JABBOUR, Ana Beatriz Lopes Sousa; JABBOUR, Charbel Chiappetta. **Gestão ambiental nas organizações: fundamentos e tendências**. Atlas. Minha Biblioteca, 2013.

NBR ISO 14001 – **Sistemas da gestão ambiental: requisitos com orientação para uso**. Rio de Janeiro: ABNT, 2004.

MORAIS, A. M.; NEVES, I. P. Fazer investigação usando uma abordagem metodológica mista. **Revista Portuguesa de Educação**. Braga, v.20, n.2, 2007. Disponível em: <[http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0871-91872007000200004&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0871-91872007000200004&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 06 abr. 2017.

PIMENTA, H. C. D.; RÊGO, G. S.; SARAIVA, V. M. **Agenda Ambiental na Administração Pública - A3P: um estudo sobre a potencialidade de aplicação no Município de São Gonçalo do Amarante/RN.** *Holos*, vol. 4, 2011, p. 29-50.

PORTO SANTO, 2006. 213 fls. Dissertação (Mestrado em Gestão Estratégica e Desenvolvimento do Turismo) – Universidade da Madeira, 2006.

REIS, Lineu dos, FADIGAS, Eliane A. Amaral, CARVALHO, Cláudio Elias. **Energia, Recursos Naturais e a Prática do Desenvolvimento Sustentável.** 2. ed. Minha Biblioteca. Manole, 2012.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social: métodos e técnicas.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

SEIFFERT, Mari Elizabete Bernardini. **Gestão Ambiental: INSTRUMENTOS, ESFERAS DE AÇÃO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL.** Editora Atlas, São Paulo, 2007.

SIMONS, Mônica Osório. Educação Ambiental na Empresa: Mudando uma cultura. IN: VILELA JÚNIOR, Alcir; DEMAJOROVIC, Jacques (Orgs) **Modelos e Ferramentas de Gestão Ambiental: Desafios e Perspectivas para as Organizações.** São Paulo Editora Senac, 2006.

SOUZA, Renata Marisa Correia de. **A Sustentabilidade do Destino Turístico Porto Santo.**ed. São Paulo: Atlas, 2012.

TEIXEIRA, M. G. C., AZEVEDO, L. P. **A Agenda Ambiental Pública: barreiras para a articulação entre critérios de sustentabilidade e as novas diretrizes da administração pública federal brasileira.** REAd | Porto Alegre – Edição 74 - N° 1 – jan/abr 2013 – p. 139-164. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/read/v19n1/v19n1a06.pdf>>. Acesso em: 21 de jan. 2018.

VIEGAS, S. F.; CABRAL E, R. **ADESÃO DE UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA À AGENDA AMBIENTAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – A3P.** Colóquio Organizações, Desenvolvimento e Sustentabilidade “InovAções e Debate”. Manaus, 2014.

KRUGER, S. D; FREITAS, C. L; PFITSCHER, E. D. **GESTÃO AMBIENTAL EM INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR - UMA ANÁLISE DA ADERÊNCIA DE UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR COMUNITÁRIA AOS OBJETIVOS DA AGENDA AMBIENTAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (A3P) .** Rev. GUAL., Florianópolis, v. 4, n. 3, p.44-62, set/dez. 2011.

## ANEXO A – FIGURAS

Figura 1 - Açude de São Gonçalo.



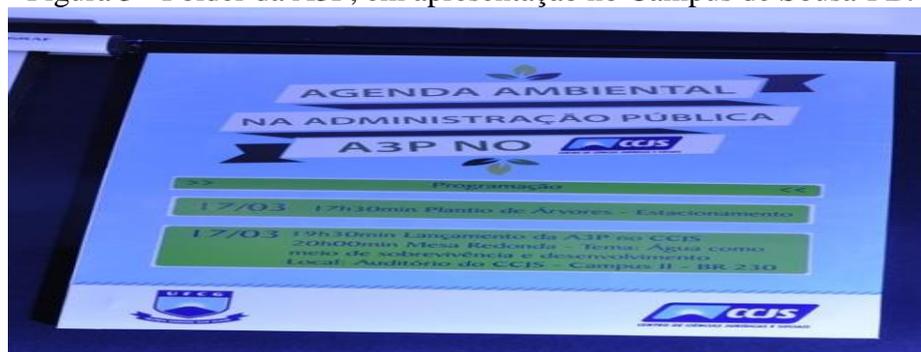
Fonte: Acervo do Autor.

Figura 2 - Açude de São Gonçalo.



Fonte: Acervo do autor.

Figura 3 - Folder da A3P, em apresentação no Campus de Sousa-PB.



Fonte: Acervo do autor.

Figura 4 - Autoridades da Instituição marcam presença na cerimônia.



Fonte: Facebook do CCJS/UFCCG.

Figura 5 - Auditório do CCJS no dia do lançamento do programa A3P.



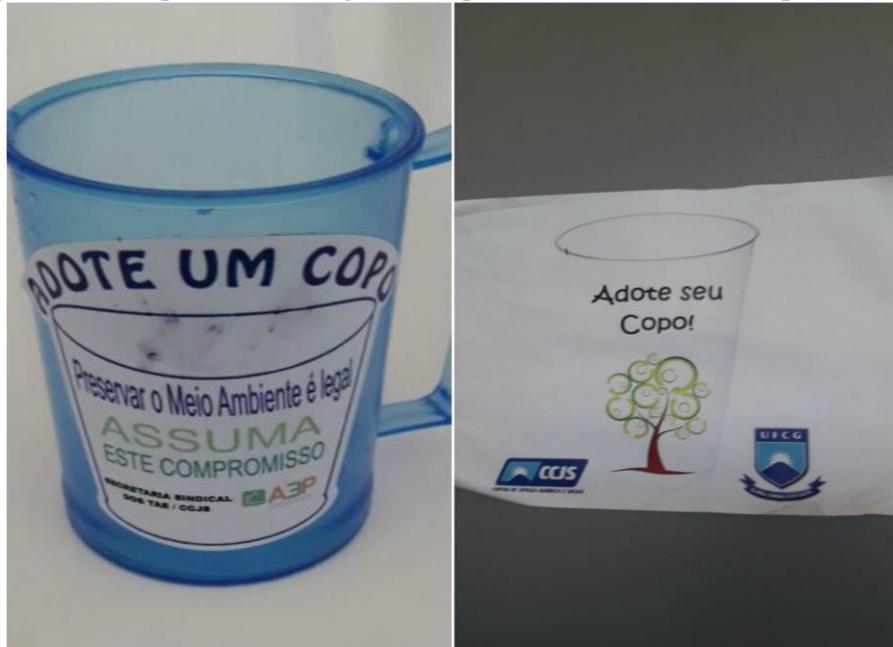
Fonte: Facebook do CCJS/UFG.

Figura 6 - Logotipo da Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P na UFG.



Fonte: Facebook do CCJS/UFG.

Figura 7 - Campanha de redução de copos descartáveis no Campus – CCJS.



Fonte: Acervo do autor.

Figura 8 - Campanha A3P, redução de consumo de energia elétrica.



Fonte: acervo do autor.

## ANEXO B - PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** AGENDA AMBIENTAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (A3P): ESTUDO APLICADO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE - UFCG

**Pesquisador:** ALESSANDRO VIEIRA CARNEIRO

**Área Temática:**

**Versão:** 2

**CAAE:** 80464017.7.0000.5182

**Instituição Proponente:** Universidade Federal de Campina Grande

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 2.478.843

#### **Apresentação do Projeto:**

Trata-se de uma investigação, que dar-se-á ênfase à pesquisa exploratória, no sentido de investigar os aspectos delimitados neste estudo. A análise dos dados se dará de forma quali-quantitativa, fazendo um comparativo da realidade do Campus antes da implementação da A3P, no ano de 2016 mês a mês, pesquisando-se as variáveis de consumo de água, energia, consumo de copo descartável e resmas de papel.

A Instituição escolhida para realizar a pesquisa foi a Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), que hoje possui quatro campi distribuídos pelas cidades de Campina Grande, Sumé, Cuité, Patos, Pombal, Sousa e Cajazeiras.

**Objetivo da Pesquisa:**

Analisar a percepção dos servidores técnico-administrativos sobre as vantagens da adesão e viabilidade da aplicação da A3P no Campus e verificar o impacto seu impacto para Campus.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

**Riscos:**

Os riscos são mínimos. O que pode haver é algum desconforto por parte de algum colaborador (pessoa informante de dados) em responder alguma indagação e/ou colocar alguma informação adicional. Ainda pode ocorrer desconforto pelo tempo destinado a colaborar com a disponibilização de dados.

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

Trabalho com grande relevância científica e acadêmica.

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

O projeto apresenta todos os requisitos básicos exigidos.

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Foram sanadas as pendências solicitadas, conforme parecer anterior. Assim sendo, somos de parecer APROVADO.

**Considerações Finais a critério do CEP:**

PARECER LIBERADO AD REFERENDUM EM 30/01/2018

**Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

TIPO DOCUMENTO	ARQUIVO	POSTAGEM	AUTOR	SITUAÇÃO
Cronograma	CRONOGRAMA.docx	30/01/2018 15:57:34	Daniel Ferreira Gonçalves de Oliveira	Aceito
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS _DO_P ROJETO_1033186.pdf	20/12/2017 13:08:30		Aceito
TCLE/Termos de Assentimento/Justificativa de Ausência	TCLEALESSANDRO2.doc	20/12/2017 13:08:06	Alessandro Vieira Carneiro	Aceito
Projeto Detalhado/Brochura Investigador	ProjetoAlessandro.doc	13/11/2017 17:47:29	Alessandro Vieira Carneiro	Aceito
Outros	Questionario.docx	13/11/2017 17:45:02	Alessandro Vieira Carneiro	Aceito
Declaração do Patrocinador	TermoAlessandro.pdf	13/11/2017 17:43:02	Alessandro Vieira Carneiro	Aceito
Declaração de Pesquisadores	MestradoAlessandro.pdf	13/11/2017 17:42:32	Alessandro Vieira Carneiro	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	ANUENCIAA.pdf	13/11/2017 17:40:32	Alessandro Vieira Carneiro	Aceito
Orçamento	ORcAMENTO.docx	13/11/2017 17:38:59	Alessandro Vieira Carneiro	Aceito
Cronograma	ORGANOGRAMA.docx	13/11/2017 17:38:10	Alessandro Vieira Carneiro	Aceito
Folha de Rosto	folha.pdf	13/11/2017 17:37:42	Alessandro Vieira Carneiro	Aceito

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

Campina Grande, 30 de janeiro de 2018.

**Assinado por:**

**DANIEL FERREIRA GONÇALVES DE OLIVEIRA**  
(Coordenador)

## ANEXO C - QUESTIONÁRIO

A pesquisa de dissertação do Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional – PROFIAP, realizada pelo mestrando Alessandro Vieira Carneiro e desenvolvida no Centro de Ciências Jurídicas e Sociais da UFCG, tem o objetivo principal de analisar como é a visão e percepção dos servidores públicos federais, referentes à Agenda Ambiental na Administração Pública e aspectos de sustentabilidade sócio ambiental no Centro de Ciências Jurídicas e Sociais (CCJS) da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Assim sendo, as questões elaboradas serão tratadas com sigilo absoluto, servindo tão somente ao pesquisador e sua orientadora, garantindo que as informações prestadas não serão divulgadas de forma parcial ou na sua totalidade. Portanto, gostaríamos de contar com a sua colaboração, respondendo às perguntas espontaneamente e com sinceridade.

1. Qual o seu sexo?

- Masculino
- Feminino

2. Qual a sua faixa etária?

- Entre 18 e 25
- Entre 26 e 35
- Entre 36 e 45
- Mais de 46

3. Qual a sua escolaridade?

- Nível Fundamental
- Nível Médio
- Nível Superior
- Pós-Graduação

4. Você conhece a Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P)?

- Sim
- Não

5. Em caso positivo, na questão anterior, qual a sua opinião sobre a importância da implementação da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) na Instituição?

- Nenhum
- Baixo
- Médio
- Alto

6. Em grau de 1 (mais importante) a 5 (menos importante), qual o item de maior necessidade a ser controlado de acordo com a sustentabilidade ambiental?

Eixo 1:

- Consumo de água
- Consumo de Papel
- Destinação devida para os bens materiais
- Redução de copos descartáveis
- Consumo de energia

7. Você se interessaria em participar de alguma ação ambiental, ou estaria disposto a praticar atitudes ambientalmente responsáveis?

- Sim
- Não

8. Em sua opinião, qual resultado real em termos de sustentabilidade no Campus depois da implementação da A3P?

- Nenhum
- Baixo
- Médio
- Alto

## ANEXO D – CHECK LIST APLICADO COM A GESTORA

### EIXO I – Uso racional dos recursos naturais e bens públicos

	<b>ADERE</b>	<b>NÃO ADERE</b>	<b>OBSERVAÇÃO</b>
A IFES desenvolve alguma ação de monitoramento/redução do consumo de papel?			
A IFES desenvolve alguma ação de monitoramento/redução do consumo de papel?			
A IFES desenvolve alguma ação de monitoramento/redução do consumo de água?			
A IFES desenvolve alguma ação de monitoramento/redução do consumo de copos plásticos?			
A IFES desenvolve alguma ação de monitoramento/redução do consumo de outros materiais/recursos que possam causar impactos ambientais significativos?			
<b>Eixo 2 – Gestão adequada dos resíduos gerados</b>			
A IFES desenvolve e incentiva a política dos 5R's?			
Existe coleta seletiva na Instituição?			
Há destinação adequada a resíduos perigosos?			
<b>Eixo 3 – Qualidade de vida no ambiente de trabalho</b>			
A IFES oferece atividades de ginástica laboral ou atividades semelhantes aos seus servidores?			
A IFES possui controle da jornada de trabalho?			
Os ambientes da IFES, especialmente os de trabalho, são salubres?			
A IFES incentiva o desenvolvimento e capacitação de seus			

servidores através da autonomia das atividades a serem desenvolvidas?			
A IFES incentiva e promove a integração social interna, através da integração de servidores em áreas comuns e eventos de finalidade integrativa?			
A IFES incentiva e respeita a liberdade de expressão?			
<b>Eixo 4 – Sensibilização e capacitação dos servidores</b>			
A IFES desenvolve ações de sensibilização e capacitação com os servidores técnico-administrativos?			
A IFES desenvolve ações de sensibilização e capacitação com os servidores docentes?			
A IFES desenvolve ações de sensibilização com o discente?			
<b>Eixo 5 – Licitações sustentáveis</b>			
A IFES incentiva e promove a contratação de obras públicas que respeitem padrões de sustentabilidade?			
A IFES incentiva e promove a compra de bens que respeitem os padrões de sustentabilidade?			
A IFES incentiva e promove a contratação de serviços públicos que respeitem os padrões de sustentabilidade?			

Fonte: Adaptado de Freitas, Borgert e Pfitscher (2011).